

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS

FELIPE FERNANDES SANTANA

IDEOLOGIA E LINGUAGEM: LEITURAS A PARTIR DE MICHEL PÊCHEUX E SLAVOJ
ŽIŽEK

UFSJ

2017

FELIPE FERNANDES SANTANA

IDEOLOGIA E LINGUAGEM: LEITURAS A PARTIR DE MICHEL PÊCHEUX E SLAVOJ
ŽIŽEK

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Edmundo Narracci Gasparini

São João del-Rei

2017

FELIPE FERNANDES SANTANA

IDEOLOGIA E LINGUAGEM: LEITURAS A PARTIR DE MICHEL PÊCHEUX E SLAVOJ
ŽIŽEK

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edmundo Narracci Gasparini (UFSJ) – (Orientador)

Prof. Dr. Pedro Sobrino Laureano (UFSJ) – (Titular)

Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini (UNICAMP) – (Titular)

São João del-Rei, 24 de fevereiro de 2017.

*podríamos inferir que todas las formas tienen su virtud en si mismas y no en un
“contenido” conjetural. (Borges, Oras Inquisiciones)*

Ao professor Edmundo Narracci, cuja dedicação e empenho possibilitaram meu percurso por essa dissertação.

Aos que veem nos desafios uma oportunidade de tornar-se melhor.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é discutir a contribuição de Slavoj Žižek para uma compreensão da relação entre ideologia e linguagem, tomando como base a forma como Michel Pêcheux aborda essa relação no campo da Análise do Discurso em 1975. Pêcheux, no âmbito da Análise do Discurso francesa no ano de 1975, possui uma reflexão precisa sobre os mecanismos que acionam o processo ideológico na língua. Retomando a discussão da interpelação levantada por Louis Althusser em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Pêcheux investiga de que modo a língua pode ser entendida como uma materialidade da ideologia, e teoriza sobre o evidenciamento que os mecanismos discursivos acionam na produção de efeitos de sentido que despontam na materialidade da língua. Žižek, por sua vez, desenvolve uma reflexão sobre a ideologia a partir do conceito psicanalítico de fantasia. Nessa perspectiva a ideologia pode ser pensada como uma construção fantasística que se propõe a tamponar uma inconsistência real que atravessa o campo social. Nossa proposta busca contrapor os dois autores de forma a recolher possíveis implicações da perspectiva delineada por Žižek para a Análise do Discurso. A partir do estudo dos autores aqui citados, pudemos perceber que a contribuição de Žižek está vinculada a uma forma diferente de se entender a linguagem, qual seja: não aquela advinda da Linguística (que privilegia a língua como um sistema), mas uma segundo a qual a linguagem está constituída como falha, isto é, como um mecanismo que não é capaz de simbolizar o real sem que algo sobre nesse processo. Sendo assim, há um furo real no Outro cujo tamponamento se dá por meio da fantasia. Esse estudo nos permitiu perceber que a noção de fantasia trabalhada por Žižek possibilita perceber o mecanismo ideológico para além da interpelação que desponta na materialidade Linguística. Sua função, sendo assim, será entendida como um espécie de anteparo frente ao abismo do desejo do Outro. O contraponto que propusemo-nos a traçar nesta pesquisa indica que há um contraste essencial no que se refere às referências teóricas essenciais que fundamentam a reflexão dos autores sobre a ideologia. No caso de Michel Pêcheux em 75, tais referências essenciais correspondem à Linguística e ao Materialismo Histórico, ao passo que para Slavoj Žižek é a Psicanálise que comparece como referência fundamental. O contraponto aqui traçado aponta também para a presença diferenciada da Psicanálise na teorização dos autores. Se para Pêcheux em 1975 a Psicanálise comparece como um recurso para teorizar sobre um elemento específico de suas elaborações – qual seja, a ilusão subjetiva, isto é, o engodo

imaginário da liberdade e da autonomia –, para Žižek a Psicanálise configura-se como a referência fundamental sobre a qual se desenvolvem suas considerações sobre a ideologia como fantasia.

Palavras-chave: Ideologia, Linguagem, Michel Pêcheux, Slavoj Žižek

ABSTRACT

The aim of this research is to discuss Slavoj Žižek's contribution to an understanding of the relationship between ideology and *langage*, based on the way Michel Pêcheux approaches this relationship in the field of Discourse Analysis in 1975. Pêcheux, in the context of French Discourse Analysis in 1975, has a precise reflection on the mechanisms that trigger the ideological process in *la langue*. Returning to the discussion about interpellation raised by Louis Althusser in *Ideological State Apparatuses*, Pêcheux investigates how *la langue* can be understood as a materiality of ideology, and discusses the evidence that discursive mechanisms trigger in the production of meaning effects that emerge in the materiality of *la langue*. Žižek, on the other hand, develops a reflection on ideology taking into account the psychoanalytic concept of fantasy. In this perspective, ideology can be thought of as a fantasy that proposes to plug a real inconsistency that crosses the social field. Our proposal seeks to contrast the two authors in order to gather possible implications of the perspective outlined by Žižek for Discourse Analysis. From the study of the authors mentioned here, we can see that Žižek's contribution to Discourse Analysis is linked to a different way of understanding *langage*, namely: not that derived from Linguistics (which privileges *la langue* as a system), but one according to which *langage* is constituted as failure, that is, as a mechanism that is not able to symbolize the real without residue. Thus, there is a real hole in the Other, whose plugging occurs by means of fantasy. The contrast which we tried to outline in this research indicates that there is an essential contrast in what refers to the theoretical references which are in the base of the reflections of the authors about ideology. In the case of Michel Pêcheux in 1975, such essential references correspond to Linguistics and to Historical Materialism, and in the case of Slavoj Žižek it is Psychoanalysis that plays this role. The contrast outlined here also points to the different role that Psychoanalysis plays in the thought of the authors studied in the research. In the case of Pêcheux in 1975, Psychoanalysis is a resource that contributes to the discussion upon a specific element of his elaboration – the subjective illusion, that is, the illusion of liberty and autonomy. For Žižek, on the other hand, Psychoanalysis is the essential reference upon which his considerations on ideology as fantasy are developed.

Keywords: Ideology, *Langage*, Michel Pêcheux, Slavoj Žižek

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
CAPÍTULO 1 – A IDEOLOGIA NO ÂMBITO DA PRODUÇÃO TEÓRICA DE MICHEL PÊCHEUX NO ANO DE 1975.....	17
1.1 QUESTÕES PRELIMINARES: LÍNGUA E PROCESSO DISCURSIVO.....	17
1.2 A IDEOLOGIA EM ALTHUSSER E SEUS EFEITOS NA TEORIZAÇÃO DE PÊCHEUX.....	25
1.3 A IDEOLOGIA EM PÊCHEUX EM 1975: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
CAPÍTULO 2 – IDEOLOGIA COMO FANTASIA SOCIAL NA TEORIZAÇÃO DE SLAVOJ ŽIŽEK.....	38
2.1 A FANTASIA ESTRUTURANTE DA REALIDADE SOCIAL.....	38
2.2 O JUDEU E O “ <i>CHE VUOI</i> ”?.....	45
2.3 DESEJO, BASTEAMENTO IDEOLÓGICO, LUTA DE CLASSES.....	50
2.4 IDEOLOGIA E LINGUAGEM EM ŽIŽEK: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
CAPÍTULO 3 – CONSEQUÊNCIAS PARA O CAMPO DA ANÁLISE DO DISCURSO DE UMA TEORIA DA IDEOLOGIA COMO FANTASIA.....	59
3.1 CONSIDERAÇÕES DE SLAVOJ ZIZEK ACERCA DA ANÁLISE DO DISCURSO....	60
3.2 IDENTIFICAÇÃO IMAGINÁRIA E IDENTIFICAÇÃO SIMBÓLICA: A CRÍTICA DE ZIZEK ÀS TEORIAS DA IDEOLOGIA DERIVADAS DA INTERPELAÇÃO ALTHUSSERIANA.....	62
3.3 UMA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO DE ZIZEK PARA O CAMPO DA ANÁLISE DO DISCURSO.....	67
3.4 ELEMENTOS DA TEORIZAÇÃO DE MICHEL PÊCHEUX APÓS 1975.....	70
3.4.1 A retificação de Pêcheux de 1978	72
3.4.2 O recurso a <i>lalangue</i> no percurso teórico de Michel Pêcheux.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	92

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho consiste numa discussão teórica a respeito da relação entre linguagem e ideologia a partir dos trabalhos dos filósofos Michel Pêcheux e Slavoj Žižek. Tomando como base a forma como Pêcheux aborda essa relação no campo da Análise do Discurso no ano de 1975, nosso intuito é discutir a contribuição de Žižek para uma compreensão da relação entre ideologia e linguagem. Nosso objetivo nesse trabalho é, portanto, discutir as implicações teóricas que o contraste entre a ideologia em Žižek e Pêcheux pode ter para a Análise do Discurso.

Optamos pela teorização de Michel Pêcheux no ano de 1975 porque tal ano corresponde ao momento de sua trajetória teórica em que Pêcheux se debruça de forma mais detida e cuidadosa sobre o conceito de ideologia. Nossa opção pelo ano de 1975 se deve também ao fato de que, no nosso entendimento, uma parcela significativa da produção teórica e da prática de análise que é feita no âmbito da Análise do Discurso de fundamentação pecheuxtiana está marcada pela teorização de Pêcheux acerca da ideologia em 1975.

Para a Análise do Discurso, a questão da relação entre ideologia e linguagem é fundamental. Há na teorização de Pêcheux em 1975 uma relação específica entre ideologia e linguagem - relação sugerida por Althusser em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, mas não desenvolvida por ele. Para Althusser, ideologia não é simplesmente uma mentira, um falso discurso, mas refere-se ao modo como os indivíduos são interpelados por aparelhos ideológicos tais como a família, a igreja etc, de tal forma que sejam levados, por sua própria “vontade”, a reproduzir o sistema de produção em que estão inseridos. Ideologia não é, portanto, uma simples mentira extradiscursiva, algo que de fora controlaria o processo enunciativo, mas está materializada nas práticas materiais que constituem a vida cotidiana de todo indivíduo, isto é, nas práticas que constituem o modo de produção que determina o lugar e a função dos indivíduos dentro de determinado modo de produção. Sendo assim, Pêcheux, no âmbito da Análise do Discurso francesa, discute a interpelação althusseriana em nível dos efeitos de sentido na materialidade linguística.

O conceito de discurso desenvolvido por Pêcheux coloca em cena justamente a relação entre linguagem e ideologia. Para que seja possível entender o conceito de discurso em Pêcheux, é preciso tecer algumas considerações sobre a relação, fundamental a nosso ver, entre língua e processo discursivo em sua teorização. Em *Análise Automática do Discurso*, texto publicado em 1969 e que está na base da constituição do campo da Análise do Discurso, Pêcheux toma a língua como o lugar em que os processos discursivos exercem seus efeitos de sentido e procura tirar daí consequências para uma teoria do discurso. Neste momento, Pêcheux vê a língua como um “fundo invariante” (PÊCHEUX, 1997, p. 75). De forma similar, em *Semântica e Discurso*, texto de 1975, Pêcheux considera a língua como uma “base comum de processos discursivos diferenciados” (PÊCHEUX, 1988, p. 91 – itálicos do autor). Neste sentido, a língua é um pressuposto, é condição dos processos discursivos, que por sua vez determinam, numa conjuntura dada, os efeitos de sentido produzidos.

No contexto de sua produção teórica do ano de 1975, Pêcheux está preocupado em determinar exatamente aquilo que funciona numa língua para além do linguístico, isto é, no nível dos processos discursivos. Em relação a esta questão, Pêcheux e Fuchs afirmam que os resultados produzidos na Análise do Discurso referem-se não a um objeto linguístico, “mas um objeto sócio-histórico onde *o linguístico intervém como pressuposto*” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 188 – itálicos dos autores). Sendo assim, podemos dizer que a formulação teórica de Pêcheux está voltada a abordar os efeitos de sentidos produzidos em nível dos processos discursivos na materialidade linguística. Entretanto, cabe aqui perguntar: como se articulam teoricamente processo discursivo e ideologia? Essa questão será examinada mais adiante ao abordarmos um texto de Michel Pêcheux, Claudine Haroche e Paul Henry publicado em 1971, *A Semântica e o Corte Saussuriano: língua, linguagem e discurso*.

Žižek, por seu turno, recorrerá a um conceito forjado no âmbito da teoria psicanalítica lacaniana para abordar a ideologia na condição de “fantasia social”. Dentro do contexto da psicanálise, esse conceito refere-se a uma construção que se propõe a tamponar uma certa inconsistência no campo do Outro. Não devemos, portanto, confundi-lo com o conceito filosófico de representação, pois o que está exatamente em jogo na categoria da fantasia é apontar para certa falta de sentido no real advinda de certo vazio estrutural que perpassa a sociedade como um todo, diferente do conceito de representação, que de uma forma geral

postula uma relação de oposição entre as coisas e sua representação – as palavras e as coisas. Fundamentalmente, como veremos em mais detalhes posteriormente, a fantasia oferece uma resposta à questão colocada pelo Outro: “*che vuoi?*” (o que queres?). A fantasia ideológica funciona aqui como uma tela que cobre esse vazio no campo do Outro.

Cumpramos esclarecer que sabemos que a reflexão sobre a ideologia como fantasia proposta por Žižek enquadra-se de fato, *stricto sensu*, no campo da filosofia política, porém acreditamos que a abrangência de seus estudos, as implicações e atravessamentos em outros campos, permite, sim, um diálogo com a Linguística e com a Análise do Discurso, um diálogo que acreditamos ser enriquecedor. Ainda que não aborde de forma direta a questão do linguístico em sua articulação com a ideologia, podemos notar que os trabalhos de Žižek sobre ideologia no campo social impõem questionamentos cruciais para uma teoria sobre a linguagem. Neste sentido, a questão que nos orientará aqui é: tomando como base o que a Análise do Discurso de Pêcheux - fundamentada em Althusser - coloca sobre a relação entre ideologia e linguagem no ano de 1975, quais seriam as contribuições dos trabalhos de Žižek para pensar essa relação na Análise do Discurso?

Desde as primeiras teorizações de Destutt de Tracy em seu *Elements de idéologie* de 1804, o conceito de ideologia recebeu diversas tentativas de abordagens sistemáticas, e podemos dizer que ainda hoje sua conceituação obedece a nuances diversas na história das ideias. No pensamento de Destutt de Tracy, ideologia corresponde a uma atividade científica oposta à metafísica, isto é, a ideologia seria um estudo sobre as ideias sem a influência da teologia ou da metafísica. Seu sentido negativo (uma falsa consciência) decorre, segundo Brandão (2006), da interpretação napoleônica sobre os ideólogos como obscuros e afastados da realidade concreta. De qualquer modo, para Dunker (2008), as primeiras tentativas de definir a ideologia destacam-se pela ingenuidade com que pretendiam explicar seu funcionamento.

Após Destutt de Tracy, temos Karl Marx como teórico de peso do conceito de ideologia. Em Marx, a ideologia, todavia, ainda possui um caráter negativo, isto é, uma consciência ilusória que separa os indivíduos da realidade como ela é de fato. Para Marx e Engels, os filósofos alemães agem de maneira ideológica quando não buscam encontrar “a ligação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, o laço entre sua crítica e seu próprio meio material” (MARX, K.;

ENGELS, F., 1998, p. 10). Sem aprofundar muito a discussão feita por Marx em *A Ideologia alemã*, diremos apenas que a ideologia seria entendida em Marx como um artifício que separa as condições sociais e a produção de ideias, isto é, a ideologia é uma forma de consciência arrancada de sua própria realidade.

Althusser, leitor de Marx, afirma, entretanto, que o traço característico da ideologia não é apenas o movimento histórico que a permite desenraizar-se da realidade, mas o fato de que seu efeito fundamental é a interpelação que ela exerce sobre os indivíduos. Neste sentido, ela não refere-se apenas às formas de alienação histórica, mas ao modo como interpela os indivíduos. A tese de Althusser, portanto, retomando formalmente os termos da *Ideologia alemã*, “é radicalmente diferente da tese positivista-historicista da *Ideologia alemã*” (ALTHUSSER, 1998, p. 84), pois está direcionada a averiguar o processo de interpelação exercido pela ideologia e não simplesmente seu aspecto histórico alienante.

Essa formulação althusseriana exercerá uma importante influência no pensamento de Pêcheux, principalmente em sua teorização feita em 1975, pois o permitirá dar um toque linguístico à interpelação althusseriana, articulando-a aos mecanismos que produzem a evidência do sentido e do sujeito. É importante indicar que, para Pêcheux, os efeitos da ideologia a partir dos quais despontam o sujeito e o sentido ocorrem de forma dissimulada ao sujeito: afetado pela ideologia, o sujeito acredita estar fora dela. Tal posição permite perceber a relevância da teoria psicanalítica na Análise do Discurso. Apoiado na descoberta do inconsciente por Freud, Pêcheux investiga de que forma se dá a dissimulação do sujeito e do sentido no mecanismo ideológico. Tal consideração será importante pois nos permitirá também explorar o conceito de ideologia levando em conta as reflexões de Žižek no momento em que este aproxima ideologia e fantasia. Neste sentido, Žižek procura demonstrar que é preciso considerar a ideologia não apenas como falsa representação das coisas, mas como uma construção fantasística referida a certa inconsistência no Outro.

Levando em conta essa breve contextualização do conceito de ideologia, o objetivo geral dessa pesquisa é discutir a contribuição de Žižek para uma compreensão da relação entre ideologia e linguagem, tomando como base a forma como Michel Pêcheux aborda essa relação no campo da Análise do Discurso em 1975. Os objetivos específicos são: 1) discutir a

relação entre ideologia e linguagem no âmbito da teorização de Pêcheux no ano de 1975; 2) discutir a relação entre ideologia e linguagem no âmbito das elaborações de Žižek sobre ideologia como fantasia social; 3) estabelecer um contraponto entre os autores, recolhendo possíveis implicações da teorização de Žižek sobre a ideologia para o campo da Análise do Discurso.

De forma a abordar a relação entre ideologia e linguagem na teorização dos autores mencionados, essa dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro está voltado a abordar o conceito de ideologia em Michel Pêcheux. Dada a diversidade de formulações empreendidas pelo autor ao longo de seu percurso intelectual, focaremos nossa atenção em sua produção teórica em 1975, ano de publicação de *Semântica e Discurso*. De toda forma, para abordar suas formulações de 1975, retomaremos alguns pontos de seu pensamento nos anos de 1969 e 1971, em que foram publicados, respectivamente, *Análise Automática do Discurso* e *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*, este último escrito em parceria com Claudine Haroche e Paul Henry.

No capítulo dois procuramos estudar o conceito de ideologia como fantasia tal como entendido por Žižek. A abordagem que Žižek faz da ideologia como fantasia social permite discutir uma noção específica de linguagem advinda da psicanálise: aquela segundo a qual o inconsciente é estruturado como linguagem. Neste momento importará perceber como a conceituação de ideologia como fantasia permite um questionamento da noção de representação ao postular uma inadequação crucial entre o sujeito e a realidade, ou melhor, entre o sujeito e o Outro, sendo a função da fantasia ideológica exatamente tamponar determinada inconsistência no campo de Outro.

No capítulo três procuraremos contrapor as ideias de Pêcheux e Žižek de forma a recolher possíveis implicações para o campo da Análise do Discurso. A partir desse contraponto, será possível identificar uma noção de ideologia reformulada a partir da noção de fantasia cujos desdobramentos na Análise do Discurso podem ser percebidos na necessidade de se pensar a linguagem não como uma instância capaz de representar a realidade de uma forma direta e sem falhas, mas tomando-a como um mecanismo que gera um resto no processo de simbolização. De forma a nos auxiliar em nossa tentativa de traçar o contraponto aqui

proposto, abordaremos também alguns elementos da produção teórica de Michel Pêcheux após o ano de 75.

CAPÍTULO I – A IDEOLOGIA NO ÂMBITO DA PRODUÇÃO TEÓRICA DE MICHEL PÊCHEUX NO ANO DE 1975

Este capítulo pretende apresentar a concepção de ideologia em Michel Pêcheux em sua teorização do ano de 1975. Para cumprir tal proposta, discutiremos inicialmente elementos da produção do autor anteriormente a esse ano. Desta forma, será possível elencar alguns elementos que fundamentarão a discussão sobre a ideologia em Pêcheux em 1975. Isto porque, tendo em vista uma compreensão da ideologia do pensamento em Pêcheux, é importante levar em conta o vínculo entre momentos distintos de seu pensamento. Será discutida também nesse capítulo a forma como Althusser concebe o mecanismo ideológico, haja vista a influência que o autor de *Aparelhos Ideológicos de Estado* exerceu em Pêcheux.

1.1 QUESTÕES PRELIMINARES: LÍNGUA E PROCESSO DISCURSIVO

Em *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux retoma a questão da fundação da Linguística por Saussure no *Curso de Linguística Geral*. Nesse texto, Saussure propõe a língua, entendida como sistema, o objeto de estudo da Linguística. A Linguística científica proposta por Saussure (1974) busca considerar a língua não em sua função de exprimir o sentido, mas enquanto sistema de valores interdependentes. O texto, portanto, não pode ser objeto da Linguística, pois o que funciona no texto não são os termos nele empregados, mas o sistema da língua.

O que Saussure fez foi demonstrar que a Linguística devia focar sua atenção na língua como uma ordem própria, ordem que se sustenta não numa relação com as coisas do mundo, mas nas relações diferenciais entre seus elementos. Pêcheux, que lê o deslocamento saussuriano como o evento que permitiu pensar a língua como um sistema possuidor de um funcionamento, afirma que "o que funciona é a *língua*, isto é, um conjunto de sistemas que

autorizam combinações e substituições reguladas por elementos definidos, cujos mecanismos colocados em causa são de dimensão inferior ao texto [...]" (PÊCHEUX, 1997, p. 62 – itálico do autor). No que se refere à fundação do campo da Análise do Discurso, Pêcheux ressalta que o deslocamento aberto pelo *Curso* foi fundamental para se pensar a língua como um funcionamento específico que obedece a um regime não apenas rigorosamente linguístico, mas também social. Sua proposta de uma análise automática do discurso vai exatamente nessa direção de se entender o discurso não como uma mera manifestação da liberdade do indivíduo, mas como instância determinada pelo jogo de relações sociais.

Para Pêcheux, o deslocamento introduzido por Saussure permitiu a separação da homogeneidade cúmplice entre teoria e prática da linguagem. Uma vez que a língua passa a ser pensada como sistema, ela “deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o funcionamento” (PÊCHEUX, 1997, p. 62).

Vale a pena destacar que, de acordo com Pêcheux, se por um lado o deslocamento saussuriano permitiu a fundação da Linguística como uma disciplina científica que busca estudar a língua como um sistema e não em sua função de transmitir sentidos, por outro lado a questão sobre o sentido dos textos, abandonada quando se toma a língua como sistema, não deixou de insistir em se fazer presente por meio de questões como: “O que quer dizer este texto?” (PÊCHEUX, 1997, p. 63). A fundação da Linguística como ciência, sendo assim, gera um resto, um resíduo que se impõe exatamente no espaço aberto pela Linguística. Sendo assim, é importante destacar que a Análise do Discurso fundada por Pêcheux nasce exatamente opondo-se à Análise de Conteúdo – que, assim como a Análise do Discurso, propõe-se a lidar com uma questão que, uma vez abandonada, insiste em se fazer ouvir – , na qual confere-se ao texto uma transparência em relação ao seu suposto sentido oculto, ignorando o sistema da língua em ação nas articulações Linguísticas e textuais.

Pêcheux, portanto, ao fundar o campo da Análise do Discurso, estabelece o discurso como “um nível intermediário entre a singularidade individual e a universalidade, a saber, o nível da *particularidade* que define 'contratos' linguísticos específicos de tal ou tal região do sistema, isto é, feixes de normas mais ou menos localmente definidos” (PÊCHEUX, 1997, p. 74 –

itálico do autor). Ou seja, Pêcheux define o discurso como um nível intermediário *entre* a língua e fala assim como elaboradas no *Curso de Linguística Geral*. O discurso desponta, portanto, como uma instância de linguagem entre o universal da língua – para uma determinada massa falante – e o singular da fala (cf. Saussure, 1974).

A fim de exemplificar em que consiste o nível intermediário do discurso e para mostrar o diferencial entre sua abordagem da língua e aquela na linha de Saussure, cujos trabalhos, de qualquer forma, são ponto de partida para se entender o conceito de língua na Análise do Discurso, é importante retomar aqui as considerações de Pêcheux (1997) sobre o discurso de um deputado na câmara:

Do estrito ponto de vista saussuriano, o discurso é, enquanto tal, da ordem da *fala*, na qual se manifesta a “liberdade do locutor”, ainda que, bem entendido, seja proveniente da *língua* enquanto sequência sintaticamente correta. Mas o mesmo discurso é tomado pelo sociólogo como uma *parte* de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, as que derivam da estrutura de uma ideologia política correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada. (PÊCHEUX, 1997, p. 76- 77 – itálicos do autor)

O importante a se dizer é que o discurso está na dependência do lugar em que se fala. Nesse sentido, longe de manifestar a liberdade do falante, o nível intermediário do discurso aponta para as determinações a que se submete o falante em sua relação com a língua. Isso quer dizer que o “sentido” não é estável, mas que ele muda conforme mudam as posições assumidas pelos falantes no jogo do discurso. Sendo assim, o deputado não está livre para escolher o que dizer, pois seu dizer encontra-se na dependência de determinadas condições de produção. Por isso, Pêcheux afirma que

[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição: é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior de *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para “dar o troco”, o que é um outra forma de ação política. Podemos evocar aqui o

conceito de “enunciado performativo” introduzido por J. L. Austin, para sublinhar a relação necessária entre um discurso e seu lugar em um mecanismo institucional extralinguístico. (PÊCHEUX, 1997, p. 76-77 – itálicos do autor)

A nos guiarmos pela afirmação de Pêcheux, o discurso de um deputado apresenta efeitos de sentido diferenciados dependendo da posição que o mesmo ocupa em determinada formação social. Assim compreendemos que o discurso obedece ao regime do processo enunciativo e não à fala como espaço de liberdade.

O conceito de fala elaborado por Saussure no *Curso de Linguística Geral* parte do pressuposto de que a língua apresenta uma sistematicidade relativamente autônoma que dá margens para que o sujeito exerça uma certa “liberdade criadora”. O espaço da fala, diferente do sistema da língua como código sincrônico e diacrônico, seria, para Saussure, o espaço em que o sujeito pode exercer sua liberdade, sua vontade. No entanto, é preciso questionar aqui esse “lugar de liberdade” que pode-se depreender da leitura do *Curso de Linguística Geral*, pois o que a ideia de processo discursivo põe em cena é justamente o fato de que o que se deve considerar no discurso, para além da sistematicidade Linguística, são as circunstâncias dadas, os campos de força postos em tensão na língua, e não a suposta liberdade de “dizer o que quiser”¹.

Em relação à crítica feita por Pêcheux à perspectiva de uma liberdade do falante, importa retomar um elemento desenvolvido por Pêcheux e Fuchs em um texto posterior a 1969, *A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas*, escrito em 1975. De acordo com os autores, a Análise do Discurso deve atravessar aquilo que eles chamam de efeito-sujeito do discurso e, desta forma, chegar ao nível dos processos discursivos, ao nível da significação sócio-histórica do discurso. Mas o que entende Pêcheux e Fuchs por efeito-sujeito? Com esse conceito os autores buscam considerar o sujeito não como a origem última do discurso, mas como aquilo que ocorre em sua estrutura na condição de um efeito, não como causa. A questão que orienta Pêcheux e Fuchs é de que forma seria possível abordar o discurso sem cair naquilo que eles chamam do engodo do efeito-sujeito. É por isso que

1 Vale a pena citar aqui Gasparini, para quem “A construção da teoria sobre o discurso e do dispositivo de análise automática do discurso no contexto de tal abordagem se fundamenta na crítica à ideia de que haveria uma liberdade do falante, crítica que aponta justamente para a constituição do sentido em nível do discurso.” (GASPARINI, 2011, p. 18)

Pêcheux e Fuchs afirmam que

Nesta medida, e na condição de entender por processo discursivo as relações de paráfrase interiores ao que chamamos a matriz do sentido inerente à formação discursiva, diremos que o procedimento AAD constitui o esboço de uma análise não-subjetiva dos efeitos de sentido que atravessa a ilusão do efeito-sujeito (produção/leitura) e que retorna ao processo discursivo por uma espécie de arqueologia regular. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997p. 170)

O efeito-sujeito surge assim como uma evidência a ser atravessada para se alcançar o nível dos processos discursivos. Nesse sentido, o conceito de valor introduzido por Saussure no *Curso De Linguística Geral* é de fundamental importância, pois permite a Pêcheux, em texto escrito em colaboração com Claudine Haroche e Paul Henry (*A Semântica e o Corte Saussuriano: língua, linguagem, discurso*), abordar a língua como uma base que não está referida a uma subjetividade criadora, mas às relações valorativas estabelecidas entre os termos de uma língua. Comentando o texto escrito por Pêcheux, Haroche e Henry, Gasparini (2011) indica que a subordinação da significação ao valor, assim como identificada pelos autores no *Curso de Linguística Geral*, tem o efeito de impedir o retorno ao indivíduo quando se trata da língua. Segundo Gasparini (2011, p. 43-44), “a subordinação da significação ao valor corresponde a um elemento fundamental no questionamento dos autores à perspectiva de um 'liberdade individual e criativa.’” Portanto, ao abordar o conceito saussuriano de valor, Pêcheux, Haroche e Henry (1990) pretendem contornar o que consideram o efeito-sujeito e atingir o discurso não como a instância portadora de uma significação imanente, mas como o espaço de tensão entre diversas formações discursivas relacionadas com as formações ideológicas. Conforme Gasparini (2011, p. 45), “a noção de valor desponta, assim, como elemento chave na abordagem do sentido proposta pelos autores [...], abordagem que toma como referência o fato de que as condições sócio-históricas de um texto são constitutivas das significações.” A significação, portanto, não é imanente aos signos e nem está referida a uma vontade individual, ela está na dependência das condições sócio-históricas em que é produzida.

Essa abordagem representa um elemento essencial na mudança de terreno proposta por Pêcheux (1997) e por Pêcheux, Henry e Haroche (1990), pois permite teorizar sobre a dimensão particular do discurso, longe de uma abordagem que se foque nos aspectos subjetivos e empíricos da linguagem. Portanto, e como uma conclusão sobre a discussão

acerca da crítica de Pêcheux (1997) a uma “liberdade individual”, Pêcheux procurou formular uma análise do discurso cujos operadores teóricos põem em cheque uma subjetividade criadora dentro do discurso.

O termo discurso é usado por Pêcheux para dar conta da ideia de que a comunicação não está relacionada diretamente com a troca de informação entre sujeitos, mas com os efeitos de sentido criados na interação verbal. Portanto, caberia falar aqui, no nível dos efeitos de sentido produzidos pelos processos discursivos, que essa interação verbal não se dá propriamente a partir da presença física de dois locutores, mas a partir de lugares de fala que estruturam as condições de produção do discurso. Desta forma, argumenta Pêcheux (1997, p. 82), “no interior da esfera da produção econômica, os lugares de 'patrão' (diretor, chefe de empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis”. A hipótese levantada por Pêcheux a partir dessa reflexão é que esses lugares estão representados nos processos discursivos de forma transformada. Para Pêcheux, “seria ingênuo supor que *o lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado* [...] (PÊCHEUX, 1997, p. 82 – itálicos do autor).

Como compreender a dimensão automática da proposta de Pêcheux de 69? Ora, o objetivo da análise automática do discurso é fornecer ao analista uma matriz metafórica que o informe sobre a produção do sentido em condições de produção teoricamente especificadas. O termo automático refere-se a formalidade de que se reveste o método de Pêcheux; não são as conclusões que são automáticas, é o processo para se chegar a elas. No texto de 1969, Pêcheux apresenta uma teoria da produção do discurso e do sentido e um instrumento de análise fundado nessa teoria. A preocupação de Pêcheux nesse texto é inscrever os processos discursivos nos lugares ocupados pelos falantes no jogo das relações sociais.

Podemos notar nesse momento do percurso teórico de Pêcheux que a língua abordada a partir de seu sistema fonológico, morfológico e sintático, é tomada como um “fundo invariante”. Nesse ponto, o que Pêcheux enfatiza é justamente que o fundo invariante da língua é o lugar no qual desponta o sentido produzido em nível dos processos discursivos. Segundo Pêcheux (1997, p. 74-75), o estudo dos processos discursivos supõe “o estudo das variações específicas

(semânticas, retóricas e pragmáticas) ligadas aos processos de produção particulares considerados sobre o 'fundo invariante da língua”.

Identificar a língua como um fundo invariante no qual desponta o sentido produzido em nível dos processos discursivos não deixa de ter relevância para a discussão sobre o conceito de ideologia em Pêcheux, uma vez que a dicotomia identificada em 1969 – língua e processo discursivo – pode também ser vislumbrada em 1975. Nesse ano, porém, entra em cena o conceito de ideologia, sendo que é possível articulá-lo ao conceito de processo discursivo. retomaremos essa questão posteriormente.

Para compreender a argumentação que estamos desenvolvendo aqui é importante ressaltar a articulação estreita entre os conceitos de processo discursivo e formação discursiva. No texto *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso*, Pêcheux, Haroche e Henry definem as formações discursivas como os elementos que

[...] determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que *não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que elas determinam a significação que essas palavras assumem: como nós o indicamos no início, as palavras mudam de sentido segundo as posições assumidas por aqueles que as empregam; pode-se precisar agora: as palavras “mudam de sentido” passando de uma *formação discursiva* a outra. (PÊCHEUX; HAROQUE; HENRY, 2016, p. 103 – itálicos do autor, tradução minha²)

Portanto, a formação discursiva é espaço de constituição do sentido, determinando o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada no jogo de relações sociais. O que chamamos aqui de formações discursivas pode ser entendido como componentes das formações ideológicas. Desta forma, na Análise do Discurso introduzida por Pêcheux, não se trata simplesmente de referir o discurso ao sistema da língua, mas sim às posições postas em jogo no processo enunciativo veiculadas pelas formações discursivas. As formações discursivas,

2 Na versão em francês: “[...] déterminent *ce qui peut et doit être dit* (articulé sous la forme d'une harangue, d'un sermon, d'un pamphlet, d'un exposé, d'un programme, etc.) à partir d'une position donnée dans une conjoncture donnée: le point essentiel ici est qu'il *ne s'agit pas seulement de la nature des mots employés, mais aussi (et surtout) des constructions dans lesquelles ces mots se combinent*, dans la mesure où elles déterminent la signification que prennent ces mots: comme nous l'indiquions en commençant, les mots changent de sens selon les positions tenues par ceux qui les emploient; on peut préciser maintenant: les mots “changent de sens” en passant d'une *formation discursive* à une autre.

portanto, correspondem a componentes das formações ideológicas. Definidas por Pêcheux, Haroche e Henry como

[...] um conjunto de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas se relacionam mais ou menos diretamente às *posições de classe* em conflito umas em relação às outras (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 2016, p. 102 – tradução minha³).

O que está em jogo nessa articulação entre formação discursiva e formação ideológica – a formação discursiva como componente da formação ideológica - não é senão que “as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 2016, p. 102 – tradução minha⁴).

Como veremos adiante, o conceito de formação discursiva trabalhado por Pêcheux é um conceito essencial para pensarmos o mecanismo ideológico. Tal conceito aponta para a necessidade de se pensar a ideologia enquanto instância material referida à língua como lugar em que ocorre o processo discursivo. Por ora, o ponto fundamental que gostaríamos de indicar aqui refere-se, como mencionado acima, à articulação estreita entre os conceitos de formação discursiva e processo discursivo. Segundo Pêcheux, Haroche e Henry, a semântica discursiva por eles proposta visa realizar “a análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva [...]” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 2016, p. 103 – tradução minha⁵). Portanto, pode-se dizer que a formação discursiva é o lugar no qual os processos discursivos exercem efeitos de sentido na materialidade da língua. Assim, no âmbito da teorização de Pêcheux no final dos anos 60 e início dos anos 70, vislumbramos a oposição entre língua – como um “fundo invariante” – e os processos discursivos constitutivos do sentido, processos esses que se desdobram no interior de uma formação discursiva. Tal dicotomia reveste-se de importância para a pesquisa aqui realizada, uma vez que a oposição identificada aqui poderá ser vislumbrada em 75 – ano da produção teórica de Michel Pêcheux que particularmente nos interessa, momento em que a oposição aqui identificada comparecerá de forma ligeiramente diferente (língua e processo discursivo/ideologia). Em 1975, a formação discursiva comparecerá como espaço em que a ideologia interpela o indivíduo em

3 Na versão em francês: “un ensemble complexe d'attitudes et de représentations qui ne sont ni “individuelles” ni “universelles”, mais se rapportent plus ou moins directement à des *positions de classes* en conflit les unes par rapport aux autres”.

4 Na versão em francês: “Les mots changent de sens selon les positions tenues par ceux qui les emploient”.

5 Na versão em francês: “l'analyse scientifique des processus caractéristiques d'une formation discursive [...]”.

sujeito, configurando o sentido como uma evidência e apagando o seu caráter material. Posteriormente retomaremos essa questão.

Para que possamos continuar discutindo a articulação entre posição ocupada pelo falante e sentido, e de forma a recolher elementos importantes para nossa discussão acerca da ideologia na teorização de Pêcheux no ano de 1975, será importante retomar elementos do texto *Aparelhos Ideológicos de Estado*, de Althusser, e seus efeitos sobre a reflexão de Pêcheux em 1975 acerca da ideologia.

1.2 A IDEOLOGIA EM ALTHUSSER E SEUS EFEITOS NA TEORIZAÇÃO DE PÊCHEUX

Um dos objetivos de Althusser em *Aparelhos Ideológicos de Estado* é traçar um quadro teórico sobre a ideologia em geral, e não em particular. Para Althusser, as ideologias particulares possuem uma história precisa que um trabalho crítico pode muito bem demonstrar os contornos, ao passo que a ideologia em geral, como afirma Althusser (1998) “não tem história”. Nessa perspectiva, a ideologia possui um funcionamento e uma estrutura imutáveis que perpassam toda história. Althusser, tendo em vista essa preocupação de fundar uma teoria da ideologia em geral, afirma:

[...] a ideologia tem uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica, isto é, omni-histórica, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história, no sentido em que o *Manifesto* define a história como história da luta de classes, ou seja, história das sociedades de classe.” (ALTHUSSER, 1998, p. 84)

Essa ideia althusseriana de que a ideologia não tem história está relacionada com a perspectiva freudiana segundo a qual o inconsciente é eterno. Quanto a essa questão, Althusser afirma: “a ideologia é eterna, como o inconsciente. E acrescentarei que esta aproximação me parece teoricamente justificada pelo fato de que a eternidade do inconsciente

não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral” (ALTHUSSER, 1998, p. 85 – itálicos do autor). Essa compreensão da ideologia como a-histórica exercerá uma influência marcante em Pêcheux e em sua teorização sobre o mecanismo ideológico e a constituição do sentido.

Relevante para abordar a relação entre ideologia e linguagem é a discussão que Althusser faz sobre o fato de que o efeito característico da ideologia é impor evidências como evidências. A forma fundamental dessa operação é, segundo Althusser, a interpelação. A ideologia “age” “transformando” os indivíduos em sujeitos por meio da interpelação. Segundo Althusser,

[...] a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que ela “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos *interpelação*, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei, você aí!” (ALTHUSSER, 1998, p. 96 – itálicos do autor)

Isso significa que o mecanismo corriqueiro pelo qual nos dirigimos a alguém interpelando-o – pelo seu próprio nome ou de qualquer outra forma – é o exercício elementar da ideologia. Da mesma forma, na nossa vida cotidiana, tornamo-nos sujeitos pela interpelação, operação sem origem nem fim, isto é, sem história, que sempre transforma em sujeito todo indivíduo. Na interpelação cotidiana, reproduzimos a operação sem história levada a cabo, desde sempre, pela ideologia. Para ilustrar essa questão Althusser faz uso do exemplo da ideologia religiosa cristã. Primeiro ele diz que a interpelação religiosa pressupõe a existência de um grande Outro, Deus. E é em nome desse grande Outro que os indivíduos são interpelados em sujeitos. Quanto a essa questão, Althusser considera que a ideologia possui uma estrutura especular:

Constatamos que a estrutura de toda ideologia, ao interpelar os indivíduos enquanto sujeitos em nome de um Sujeito Único e absoluto é especular [...]: este desdobramento especular é constitutivo da ideologia e assegura o seu funcionamento. O que significa que toda ideologia tem um centro, lugar único ocupado pelo Sujeito Absoluto, que interpela, à sua volta, a infinidade de indivíduos como sujeitos, numa dupla relação especular que submete os sujeitos ao Sujeito, dando-lhes no Sujeito, onde qualquer sujeito pode contemplar sua própria imagem (presente e futura), a garantia de que certamente trata-se deles e Dele, e de que se passando tudo em Família (a Santa Família: a Família é, por sua essência, Santa), “Deus aí reconhecerá os seus”, ou seja, aqueles que tiverem reconhecido Deus e se tiverem reconhecido nele serão salvos. (ALTHUSSER, 1998, p. 102)

É importante para se entender a Análise do Discurso tal como pensada por Pêcheux a aproximação que Althusser faz entre a evidência do sujeito e do sentido. O fato de que de uma forma geral, na vida diária, aceitamos o sentido e o sujeito como instâncias fora de contestação, conforme Althusser, indica que tanto o sujeito como o sentido se constituem como “evidências” cuja sustentação é dada pela ideologia. Para Althusser,

[...] tanto para vocês como para mim, a categoria de sujeito é uma “evidência” primeira (as evidências são sempre primeiras): está claro que vocês, como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.). Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da “transparência” da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos [...] é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. Este é aliás o efeito característico da ideologia – impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de “evidências”) as evidências como evidências, que não podemos deixar de *reconhecer* e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no “silêncio da consciência”): “é evidente! é exatamente isso! é verdade!” (ALTHUSSER, 1998, p. 94-95 – itálicos do autor)

O efeito ideológico elementar, assim, é impor evidências como evidências sem parecer fazê-lo. Conforme Silva (2009, p. 8), “no que tange ao sentido, Althusser ofereceu as bases para a compreensão de que a transparência da linguagem defendida por linguistas não é uma propriedade do sistema, mas uma “evidência” gerada pela intervenção da ideologia [...]”. Da mesma forma, a suposta liberdade do sujeito ao articular seu dizer, para Althusser, também é uma ilusão gerada pela ideologia.

Fundamental também para nosso propósito nesse capítulo – qual seja, discutir a ideologia em Pêcheux em 1975 – é a discussão feita por Althusser sobre as diferentes materialidades da ideologia. Althusser, em *Aparelhos ideológicos de Estado*, argumenta que a ideologia tem uma existência material. Segundo o filósofo, mais do que se referir às crenças de um sujeito, a ideologia tem existência em atos materiais inseridos em práticas materiais. Althusser afirma que

Diremos portanto, considerando um sujeito (tal indivíduo), que a existência das ideias de sua crença é material, pois suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as ideias do dito sujeito. Naturalmente, os quatro adjetivos “materiais” referem-se a diferentes modalidades: a materialidade de um deslocamento para a missa, de uma

genuflexão, de um sinal da cruz ou de um mea culpa, de uma frase, de uma oração, de uma contrição, de uma penitência, de um olhar, de um aperto de mão, de um discurso verbal externo não são uma mesma e única materialidade. Deixamos em suspenso a teoria da diferença das modalidades de materialidade. (ALTHUSSER, 1998, p. 91- 92)

Portanto, há diferentes modalidades de materialidade ideológica, dentre elas a materialidade de uma frase, de uma oração, de um discurso verbal interno (a consciência) ou de um discurso verbal externo, materialidades estas que remetem à própria materialidade da língua. Portanto, Althusser deixa indicado aqui que a linguagem é uma das materialidades da ideologia, indicação que será fundamental na discussão feita por Pêcheux acerca da ideologia no ano de 1975.

A aproximação entre evidência do sujeito e evidência do sentido feita por Althusser é fundamental para a reflexão feita por Pêcheux em *Semântica e Discurso*. Conforme Pêcheux,

“[...] Todo nosso trabalho encontra aqui [nessa aproximação] sua determinação, pela qual a questão da *constituição do sentido* junta-se à da *constituição do sujeito*, e não de um modo marginal (por exemplo no caso particular dos “rituais” ideológicos da leitura e da escritura), mas no interior da própria “tese central” na figura da interpelação. (PÊCHEUX, 1988, p. 153-154 – itálicos do autor)

Ou seja, sujeito e sentido constituem efeitos do mecanismo de interpelação ideológica tidos como evidentes. Interessa sublinhar que, no contexto da teorização de Pêcheux em 1975, a articulação entre evidência do sujeito e evidência do sentido permite ao filósofo discutir os efeitos da interpelação ideológica na materialidade da língua.

No que se refere aos efeitos da ideologia na criação do sentido como evidência, Pêcheux afirma que a interpelação

“[...] fornece as evidências pelas quais "todo mundo sabe" o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado "queiram dizer o que realmente dizem" e que mascaram, assim, sob a "transparência da linguagem", aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados." (PÊCHEUX, 1988, p. 160 – itálicos do autor)

Em sua retomada da argumentação desenvolvida por Althusser (1998), Pêcheux indica que o

mecanismo da interpelação que constitui os indivíduos em sujeitos se dá a partir de um paradoxo, pois a interpelação tem um *efeito retroativo* que faz com que todo indivíduo seja “sempre-já-sujeito”, o que é o mesmo que dizer que o sujeito já é antes mesmo de reconhecer-se como tal. Para Pêcheux, o que a discrepância dessa formulação

[...] designa é exatamente que 'o não-sujeito' é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia. Ora, o paradoxo é, precisamente, que a interpelação tem, por assim dizer, um *efeito retroativo* que faz com que todo indivíduo seja “sempre-já-sujeito”[...] (PÊCHEUX, 1988, p. 155)

O paradoxo dessa questão está no fato de que o indivíduo ao ser interpelado pela ideologia percebe-se como uma individualidade cuja consistência seria independente do ato de interpelação. E o discurso o dá como evidente por meio da interpelação. O interesse de Pêcheux aqui é elucidar de que forma na língua, em sua suposta transparência, toma-se como evidente que as palavras nomeiam algo, ou seja, por meio de que processo interpelativo passamos a perceber as evidências como evidências, como passamos a encarar o sujeito como um fato evidente e transparente na língua.

Nesse sentido, Pêcheux, assim como Althusser, questiona a perspectiva de uma transparência da linguagem, como se as palavras possuíssem algum significado “em si mesmo”, como se as palavras tivessem um sentido nelas mesmas ou como se o sujeito fosse de fato transparente na língua. Para Pêcheux, os efeitos das condições históricas se fazem perceber de maneira direta nos mecanismos linguísticos. Como ele diz:

“[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhes seria próprio, preso a sua literalidade [...], o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição” (PÊCHEUX, 1988, p. 240).

Pêcheux busca, portanto, devolver ao processo histórico (que ele, a partir do Marxismo, entende como luta de classes) o papel de constituição dos sentidos ideológicos. Referindo-se ao conhecimento científico, Pêcheux indica que “[...] a produção histórica de um conhecimento científico dado não poderia ser pensada como uma 'inovação das mentalidades’” (PÊCHEUX, 1988, p. 190), mas como efeitos de evidências da rede de saberes de certo período histórico. Isso quer dizer, por exemplo, que as condições de aparição das ciências da natureza estão ligadas às novas formas de organização/reprodução/transformação

que se configuram em certo tempo, e não às produções individuais pura e simplesmente. Essa questão interessa a nós à medida em que aponta para o fato de que a ideologia não é algo exterior às práticas sociais. Para Pêcheux, o sentido de cada termo “se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (PÊCHEUX, 1988, p. 161). A linguagem é, portanto, opaca, não possui como base um conjunto fixo de sentidos cristalizados em palavras. Uma palavra, uma expressão não tem um sentido que lhe seja próprio, associada a sua literalidade, mas está em estrita dependência da formação discursiva à qual se vincula. Conforme indica Paul Henry, para Pêcheux

A linguagem (ou jogo, ou rede do signo, ou o discurso) não é entendida como uma origem, ou como algo que encobre uma verdade existente independentemente dela própria, mas sim como o exterior a qualquer falante, o que define precisamente a posição do sujeito, de todo sujeito possível. (HENRY, 1990, p. 29)

O sujeito, portanto, para Pêcheux, é uma posição inscrita na estrutura do discurso. É interessante notar que, para o filósofo, as pseudo-soluções que tentam dar conta do problema da exterioridade da ideologia incorrem no erro de tomar como ponto de partida aquilo que ele chama de forma-sujeito. Com esse conceito Pêcheux quer dizer que o sujeito não é o fundamento último daquilo que diz, mas, para dizer novamente, que ocupa uma posição na cadeia do discurso. O mecanismo de evidenciação funciona a partir do evento discursivo e a forma-sujeito do discurso desponta então como efeito de uma formação discursiva específica, sendo a evidência ideológica a ilusão de que é o indivíduo que fala, que é ele a causa daquilo que diz. Vejamos a seguir um trecho de *Semântica e Discurso* (1975) bastante elucidativo quanto a essa questão:

Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1988, p. 163)

Desta forma, para Pêcheux (1988), sujeito e sentido são evidências que integram a interpelação ideológica a partir das posições discursivas postas em jogo no processo

enunciativo. Nesse sentido, a língua, como sistema basilar, serve de suporte para processos discursivos diversificados dependendo da formação ideológica a que se vincula o enunciador.

Para Pêcheux,

[...] o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados [...].

Ao opor *base linguística* e *processo discursivo*, inicialmente estamos pretendendo destacar que [...] todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística. (PÊCHEUX, 1988, p. 91 – itálicos do autor)

A preocupação de Pêcheux em demonstrar que o sistema da língua possui uma autonomia relativa⁶ responde a uma busca por evidenciar que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes. Com isso a reflexão de Pêcheux leva a perceber que a língua está permeada de contradições ideológicas constituídas "pelas relações contraditórias que mantém, necessariamente, entre si os processos discursivos, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes" (PÊCHEUX, 1988, p. 93).

Ao se considerar o processo discursivo no nível de um funcionamento mais amplo que o da língua como sistematicidade fonológica, morfológica, sintática, isto é, no nível do discurso, a suposta liberdade de dizer o que quiser, a ilusão a que todo falante se submete pelo simples ato enunciativo, toma a forma de um efeito ideológico, isto é, o sujeito não passa de uma posição tomada como evidente no fio do discurso.

Pelas razões expostas, as contradições que se desenvolvem através da unidade da língua ocorrem dentro das relações ideológicas da luta de classes e não apenas a partir de intercâmbios linguísticos entre um grupo e outro. É por isso que a preocupação de Pêcheux não é descrever um sistema autônomo que responda à questão do sentido, mas sim determinar

6 Vale a pena citar aqui Fiorin, para quem “[...] O sistema [da língua], por sua vez, goza de certa autonomia em relação às formações sociais. Isso parece evidente. Não se pode atribuir a razões encontráveis na estrutura social o fato de que o /k/ latino que precede a vogal /a/, como em *capra*, tenha-se mantido em português (Cf. *cabra*) e tenha-se transformado em /š/ no francês (Cf. *chèvre*). Não há explicação socioeconômica para o fato de a forma latina *lacte* (*m*) ter dado leite em português, *leche* em espanhol, *lait* em francês, *lach* em provençal, *latte* em italiano e *lapte* romeno. O sistema, em geral, altera-se devido a causas internas do próprio sistema” (FIORIN 1998, p. 12).

uma teoria materialista do discurso que dê conta dos elementos históricos que o compõem. E isso ele o faz descrevendo a interpelação ideológica no nível dos processos discursivos, que por sua vez estão inseridos dentro de relações ideológicas de classes. Sendo assim, Pêcheux pretende demonstrar que os efeitos ideológicos não se localizam num espaço anterior ao discurso nem nas instituições tidas como *Aparelhos Ideológicos de Estado*, pois o que de fato acontece é que a ideologia atravessa essas instâncias na forma da produção de efeitos. A ideologia, portanto, não é entendida por Pêcheux como um *Zeitgeist* que imporia de forma unificada a tendência do pensamento numa dada época, tampouco podemos entendê-la na condição do conjunto de ideias da classe dominante, mas como os efeitos de sentido produzidos no nível do discurso. É por isso que o aspecto principal da luta de classe não está localizado numa “cartilha” seguida por determinado grupo, localiza-se antes na luta por impor “novas relações de desigualdade-subordinação” no interior de uma formação ideológica materializada nas formações discursivas. Introduzo a seguir uma nota de Pêcheux em que ele tenta resumir o que está sendo dito aqui:

Resumindo: a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes. (PÊCHEUX, 1988, p. 147)

Tendo em vista isso, chamo a atenção agora para o caráter de complexidade que Pêcheux atribui à ideologia. Para o filósofo francês, "seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, *todos os Aparelhos Ideológicos de Estado* contribuem *de maneira igual* para a reprodução das relações de produção e para sua transformação" (PÊCHEUX, 1988, p. 144 – itálicos do autor). Isso significa que dentro das formações ideológicas as relações de desigualdade-subordinação entre as diferentes posições discursivas dão lugar a efeitos de sentido diferenciados. Isso quer dizer que o mecanismo ideológico não é uma instância que exerce sua força de maneira homogênea e centralizada nos aparelhos ideológicos de estado, mas que sua ação obedece a relações de desigualdade/subordinação entre diferentes discursos. É por isso que Pêcheux afirma:

A dominação da ideologia (da classe) dominante, que é caracterizada, no nível ideológico, pelo fato de que a reprodução das relações de produção "subjuga" sua transformação (opõe-se a ela, a freia ou a impede, conforme os casos), corresponde, pois, menos à manutenção do idêntico de cada "região"

ideológica considerada em si mesma do que a reprodução das relações de desigualdade-subornidação entre essas regiões [...]. (PÊCHEUX, 1988, p. 146)

Neste sentido, é importante destacar, junto à Pêcheux, que ainda que partilhem o mesmo código linguístico, um operário e um patrão, por exemplo, estão inseridos em formações ideológicas específicas que tornam seus discursos diferenciados. Determinadas pelas formações ideológicas, as formações discursivas impõem certa forma de articular a linguagem. É neste sentido que para Pêcheux a língua não é propriamente o espaço para o exercício de uma liberdade criadora, mas sim a base de processos discursivos diferenciados em que a ideologia exerce seus efeitos.

1.3 A IDEOLOGIA EM PÊCHEUX EM 1975: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim de nossa discussão sobre o conceito de ideologia na teorização de Pêcheux no ano de 1975, retomemos os elementos que nos parecem essenciais, e que serão discutidos posteriormente, quando traçaremos um contraponto entre Michel Pêcheux e Slavoj Žižek no que se refere à relação entre ideologia e linguagem.

A ideologia no âmbito da teorização de Pêcheux no ano de 1975 corresponde a um mecanismo de produção de evidências de sentido na materialidade da língua. Nessa perspectiva, a língua não é senão uma base na qual se desdobram os efeitos ideológicos de evidência do sentido. A seguinte citação, embora não mencione explicitamente a ideologia, permite que entendamos o lugar que se atribui à língua no âmbito da teorização de Pêcheux em 1975, qual seja, como base na qual desponta o sentido evidente como efeito da ideologia:

É, pois, sobre a base dessas leis internas [leis da língua] que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria “acidentalmente” os sistemas linguísticos. (PÊCHEUX, 1988, p. 91 – itálicos do autor)

Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux, ao interpretar a língua como "base material" sobre a qual se desenvolvem diferentes processos discursivos, tem em vista o horizonte de uma crítica à perspectiva da língua enquanto simples instrumento de comunicação, isto é, troca de informações. Podemos perceber aqui que a proposta de Pêcheux, atualizando as reflexões saussurianas, é de que a língua não corresponde a coisas no mundo, pois a língua não seria uma simples nomenclatura de coisas, mas sim, como estamos frisando, uma base a partir da qual se desdobram relações de sentido dentro de uma instância de nível superior (o nível do discurso) aos mecanismos gramaticais como tais. A particularidade do discurso, portanto, concerne a outra ordem de funcionamento que o do sistema da língua. E, nesse funcionamento, coloca-se em destaque a constituição do sentido no âmbito da formação discursiva, sentido que desponta na base linguística. Conforme Pêcheux,

[...] se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentido diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou aquele formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. (PÊCHEUX, 1988, p. 161 – itálico do autor)

É importante ressaltar, mais um vez, a articulação estreita existente entre os conceitos de processo discursivo e formação discursiva. De acordo com Pêcheux, se o sentido de uma palavra, expressão ou proposição se constitui nas relações com outras palavras, expressões ou proposições, no âmbito de uma formação discursiva, “a expressão processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrase, sinónímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – significantes – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1988, p. 161). A aproximação entre tais conceitos demonstra uma estreita relação entre dois momentos distintos do pensamento de Pêcheux abordados nessa dissertação. Embora em um primeiro momento de seu pensamento, correspondente aos textos *Análise Automática do Discurso* e *A Semântica e o Corte Saussuriano: língua, linguagem e discurso*, respectivamente de 1969 e 1971, o conceito de ideologia não seja abordado de forma detida, nesse momento se desenha uma dicotomia que reaparece em 75. Num primeiro momento comparecem a língua e o processo discursivo, o processo discursivo sendo o que caracteriza uma formação discursiva. Já em 1975, temos a mesma dicotomia (língua - processo

discursivo/formação discursiva), mas nesse momento aparece a interpelação, sendo a formação discursiva o espaço em que o indivíduo é interpelado em sujeito⁷ e em que o sentido desponta como evidente, com o apagamento de seu caráter material.

Importa destacar também que a língua que está em questão nesse momento da teorização de Pêcheux não é senão a língua como objeto da Linguística, isto é, uma sistematicidade regida por leis de ordem fonológica, morfológica e sintática, leis estas abordadas no âmbito da Linguística. Caberia, portanto, levantar a seguinte questão: se, na teorização de Pêcheux no ano de 1975, é a língua como sistematicidade fonológica, morfológica e sintática que comparece – isto é, a língua assim como abordada no âmbito da linguística, e que é tomada como uma base comum na qual despontam o sentido e o sujeito como evidências ideológicas, como poderíamos conceber a relação entre ideologia e linguagem que se estabelece na teorização de Slavoj Žižek sobre a ideologia como fantasia? é o que buscaremos responder no próximo capítulo.

Antes, porém, resta abordar mais uma questão. Em 1975, Pêcheux e Fuchs (1997) formulam o quadro epistemológico da Análise do Discurso. Segundo os autores,

Para evitar qualquer equívoco que arrisque confundir o necessário trabalho crítico, próprio a um campo teórico, com as tentativas de recuo visando a abandonar o campo, começaremos por apresentar, numa primeira parte, o quadro epistemológico geral deste empreendimento.

Ele reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 163-164)

Cabe destacar que as três regiões do conhecimento científico que compõem o quadro epistemológico da Análise do Discurso – o Materialismo Histórico, a Linguística e a Teoria do

⁷ Como afirma Pêcheux, “os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1988, p. 164)

Discurso – seriam atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Qual seria o sentido desse atravessamento, dessa articulação? O que está em jogo quando se postula que o quadro epistemológico da Análise do Discurso é atravessado e articulado por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica? Para compreendermos como se estabelece esse atravessamento, é preciso antes falarmos da aproximação que Pêcheux, a partir de Althusser, faz entre ideologia e inconsciente. Quando a isso, Pêcheux argumenta que

De fato, não podemos mascarar por meio de fórmulas a ausência, cujo peso é grande, de uma articulação conceptual elaborada entre *ideologia* e *inconsciente*: estamos ainda no estágio dos “vislumbres” teóricos penetrando a obscuridade; e o presente estudo limitar-se-á a designar certas conexões, cuja importância pode ter sido subestimada, sem pretender, de modo algum, colocar verdadeiramente a questão mesma que governa a relação entre essas duas categorias. Contentar-nos-emos em observar que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências “subjetivas”* (PÊCHEUX, 1988, p. 152 – itálicos do autor).

O primeiro ponto a destacar aqui é que há, para Pêcheux, uma carência conceitual quanto a um estudo sobre a articulação entre o inconsciente e a ideologia. Em segundo lugar, Pêcheux informa que tanto o inconsciente como a ideologia funcionam de forma a dissimular seu funcionamento, criando, assim, um tecido de evidências subjetivas. No contexto de sua teorização de 1975, a relação entre ideologia e inconsciente está fundamentada na argumentação segundo a qual tais estruturas dissimulam seu funcionamento criando o que Pêcheux chama de “evidências subjetivas”. Sendo assim, é possível argumentar que o atravessamento do quadro epistemológico da Análise do Discurso por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica constitui, para Pêcheux, num recurso para demonstrar que a ideologia (assim como o inconsciente) exerce seus efeitos dissimulando seu funcionamento e criando a ilusão de que o sujeito é dono do seu dizer.

Quanto a essa questão, vale a pena retomar o trabalho de Leite (1994). Para a autora a ilusão subjetiva – isto é, o fato de que o sujeito se toma como dono do seu dizer – constitui um elemento que possibilita abordar o recurso feito à psicanálise por Pêcheux em 1975. Conforme Leite, tal recurso possibilita a Pêcheux abordar a ilusão subjetiva articulando-a ao discurso e à ideologia por meio da dimensão do inconsciente.

Entretanto, caberia ainda perguntar aqui: em que a Psicanálise poderia contribuir para uma discussão acerca do discurso e da ideologia, para além de promover uma reflexão sobre a ilusão subjetiva advinda de um efeito do discurso? Formular tal questão é uma maneira de levar em conta a ausência de uma articulação conceitual entre ideologia e inconsciente, ausência apontada por Pêcheux em sua teorização no ano de 1975 e que para o filósofo constitui um trabalho de suma importância a ser feito. Acreditamos que os trabalhos de Slavoj Žižek sobre a ideologia entendida como fantasia social são uma contribuição importante para discutir tal articulação, pois permite pensar a ideologia em sua relação com as formações do inconsciente.

CAPÍTULO 2 – IDEOLOGIA COMO FANTASIA SOCIAL NA TEORIZAÇÃO DE SLAVOJ ŽIŽEK

Tendo discutido, no capítulo anterior, como se dá a relação entre linguagem e ideologia na produção teórica de Michel Pêcheux no ano de 1975, abordaremos nesse capítulo elementos da teorização de Slavoj Žižek acerca dessa mesma relação, especificamente no que concerne à caracterização da ideologia através do recurso a um conceito proveniente da teoria psicanalítica, qual seja, o conceito de fantasia. Nessa dissertação, não abordaremos outras elaborações de Žižek acerca da ideologia senão aquelas que são feitas a partir do conceito de fantasia. Seleccionamos, para tanto, os textos *O mais sublime dos histéricos – Hegel com Lacan; Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia; O espectro da ideologia e Como Marx inventou o sintoma?*, textos que nos parecem representativos da discussão feita por Žižek sobre a ideologia compreendida como fantasia social.

2.1 A FANTASIA ESTRUTURANTE DA REALIDADE SOCIAL

Žižek (1992) afirma, à luz da teoria psicanalítica, que a ideologia possui a estrutura de uma fantasia. Segundo o filósofo, “O nível fundamental da ideologia [...] não é de uma ilusão que mascare o verdadeiro estado de coisas, mas de uma fantasia (inconsciente) que estrutura nossa própria realidade social” (ŽIŽEK, 1996b, p. 316). O que quer dizer entender a ideologia como fantasia? Diferente de Pêcheux, que, em determinado momento de sua teorização, desenvolve uma teoria sobre a ideologia referindo-a ao sistema da língua, procurando determinar os aspectos materiais da interpelação ideológica no nível do discurso, Žižek aborda a ideologia a partir do conceito de fantasia trabalhado no âmbito da psicanálise, mais especificamente a partir das elaborações feitas por Jacques Lacan sobre a fantasia. Apoiado nos trabalhos de Lacan, portanto, Žižek busca determinar o funcionamento do mecanismo ideológico que regula a interação dos homens em sociedade.

Em seu livro *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*, o filósofo investiga

as crenças que regulam a vida social ao modo de uma fantasia ideológica. Sendo assim, sua proposta afasta-se de uma concepção da ideologia entendida como falsa representação (concepção mais próxima de uma leitura marxista da ideologia) e aproxima-se de uma visão mais psicanalítica, em que a ideologia, abordada a partir de sua relação com o inconsciente, é entendida como fantasia.

Dizer que a fantasia é o esteio último da realidade como o faz Žižek não significa que "a vida não passa de um sonho" ou que "a realidade é apenas uma ilusão". Conforme Žižek,

A ideologia não é, em sua dimensão fundamental, um constructo imaginário que dissimule ou embeleze a realidade social; no funcionamento "sintomal" da ideologia, a ilusão fica do lado do "saber", enquanto a fantasia ideológica funciona como uma "ilusão", um "erro" que estrutura a própria "realidade", que determina nosso "fazer", nossa atividade. (ŽIŽEK, 1992, p. 63)

Uma leitura que poderia ser feita a partir do que argumenta Žižek seria perceber que para além de um relativismo segundo o qual tudo que existe são ficções simbólicas, existiria, sim, um núcleo sólido real, "um resto que persiste e que não pode reduzir-se a um jogo universal de especularidade ilusória" (ŽIŽEK, 1996b, p. 32), resto este cuja melhor forma de apreensão é exatamente pela via do sonho. É neste sentido, Miller argumenta,

[...] que não se sonha simplesmente quando se dorme – quando a gente acorda, muitas vezes é para continuar dormindo, dormindo com os olhos abertos, e assim passamos todo o nosso tempo. No momento em que nos aproximamos, no sonho, do que é verdadeiramente real em nós, é nesse momento que acordamos, porque nos dá medo, acordamos para continuar dormindo. (MILLER, 1987, p. 67)

E a fantasia seria exatamente uma forma de lidar com esse resto de realidade, uma forma de tamponar esse núcleo traumático, o núcleo duro do real que aponta para uma impossibilidade de simbolização. Diferente do "realismo ingênuo" que propõe a saída fácil de que "a vida não passa de um sonho", Žižek propõe que "*o único ponto em que nos aproximamos desse núcleo sólido do Real é, efetivamente, o sonho*" (ŽIŽEK, 1996b, p. 329 – itálicos do autor). É por isso que Žižek afirma que:

A ideologia não é uma ilusão de tipo onírico que construímos para escapar à realidade insuportável; em sua dimensão básica, ela é uma construção de fantasia que serve de esteio à nossa própria "realidade": uma "ilusão" que

estrutura nossas relações sociais reais e efetivas e que, com isso, mascara um insuportável núcleo real impossível (conceituado por Ernesto e Chantal Mouffe como “antagonismo”: uma divisão social traumática que não pode ser simbolizada). A função da ideologia não é oferecer-nos uma via de escape de nossa realidade, mas oferecer-nos a própria realidade social como uma fuga de algum núcleo real traumático. (ŽIŽEK, 1996b, p. 326-327)

Assim sendo, a ideologia não pode ser entendida apenas como uma “falsa consciência”, uma “ilusão sobre a realidade”, pois é a própria realidade que deve ser concebida como ideológica. Não se trata de que exista uma realidade *a priori* que seria recoberta pela fantasia, mas que a realidade não pode existir para além da estrutura fantasística por meio da qual a apreendemos. Sendo assim, Žižek afirma que o que se deve considerar como ideológica “*é uma realidade social cuja própria existência implica o não-conhecimento de sua essência por parte de seus participantes*, ou seja, a efetividade social cuja própria reprodução implica que os indivíduos ‘não sabem o que fazem’”. (ŽIŽEK, 1996b, p. 306 – itálicos do autor)

Nesse momento é importante introduzir aqui a discussão que Žižek faz sobre a diferenciação entre o *saber* e o *fazer* ideológico. Ao questionar-se sobre onde se situaria a ilusão ideológica, se no nível do “saber” ou do “fazer”, Žižek discorda de que a ideologia reside apenas no “saber” (como se os indivíduos agissem como agem por desconhecer aquilo que de fato os motiva), de modo que a velha frase de Marx segundo a qual o conceito clássico de ideologia é entendido, qual seja, “*disso eles não sabem, mas o fazem*”, deveria ser reformulada para “*disso eles sabem, mas mesmo assim o fazem*”, uma vez que o ideológico encontra-se de fato na prática dos indivíduos e não no que eles pensam. A noção marxista de fetichismo da mercadoria, por exemplo

[...] designa, não uma teoria burguesa da economia política, mas uma série de pressupostos que determinam a estrutura da própria prática econômica [efetiva] das trocas de mercado – na teoria, o capitalista agarra-se ao nominalismo utilitarista, mas, na prática da troca etc., segue ‘caprichos teológicos’ e age como um idealista especulador. Por essa razão, a referência direta à coerção extra-ideológica (do mercado, por exemplo) é um gesto ideológico por excelência: o mercado e os meios de comunicação (de massa) estão dialeticamente interligados; vivemos numa ‘sociedade do espetáculo’ (Guy Debord) em que a mídia estrutura antecipadamente nossa percepção da realidade e a torna indiscernível de sua imagem ‘esteticizada’. (Žižek, 1996a, p. 21)

Por isso a sociedade não se articula ao redor das classes sociais nem a economia ao redor de grandes agregados (a lei da oferta e da procura, por exemplo), mas repousa sobre a racionalidade dos comportamentos individuais que se harmonizam na ordem espontânea do mercado. Nessa concepção, o papel do Estado não seria o de um redistribuidor, mas de um produtor de serviços (segurança, infraestrutura, distribuição de um salário) inadequadamente assegurados pelo mercado.

Para Žižek, “a ilusão não está do lado do saber, mas já está do lado da própria realidade social, naquilo que as pessoas fazem” (ŽIŽEK, 1996b, p. 316). Desta forma, “[...] o que eles [os indivíduos] não sabem é que sua própria realidade social, *sua atividade*, é guiada por uma ilusão, por uma inversão fetichista” (ŽIŽEK, 1996b, p. 316 – itálicos meus). Esse não-saber, para Žižek, “consiste em passar por cima da ilusão que estrutura nossa relação real e efetiva com a realidade. E essa ilusão desconsiderada e inconsciente é o que se pode chamar de *fantasia ideológica*” (ŽIŽEK, 1996b, p. 316 – itálicos do autor). A ilusão é, portanto, dupla: trata-se de uma ilusão que elide outra ilusão: aquela que estrutura nossa relação com a realidade. Na sociedade contemporânea, por exemplo, não importa que saibamos que o regime social voltado para a acumulação de capital é autodestrutivo e baseado na exploração, importa que nossas práticas correspondam às expectativas do sistema de gerar e acumular capital. Por isso, como demonstra Žižek (1996a), atualmente é mais fácil imaginar um cenário de total destruição global do que uma mudança nos paradigmas mercadológicos da sociedade:

Parece mais fácil imaginar o 'fim do mundo' que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se o capitalismo liberal fosse o 'real' que de algum modo sobreviverá, mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global... Assim pode-se afirmar categoricamente a existência da ideologia *qua* matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação. (ŽIŽEK, 1996a, p. 7)

A partir desse ponto de vista, é importante frisar que, em Žižek (1996a), o conceito de ideologia tem uma relevância fundamental. Fazendo uso desse conceito, Žižek contrapõe-se aos argumentos segundo os quais estaríamos vivendo numa sociedade 'pós-ideológica'. A fim de desenvolver essa questão, em determinados momentos de sua teorização, o autor traz alguns elementos que estariam na base de uma argumentação a favor de uma perspectiva 'pós-

ideológica', quais sejam: o declínio do socialismo real que permitiu o surgimento no século XXI dos contornos de um capitalismo cujas marcas principais poderiam ser sumarizadas nas teorizações sobre o fim da história e da ideologia; a teoria crítica e a posição pós-estruturalista defendida por Adorno e Horkheimer; e a investida foucaultiana, que abre mão do conceito de estrutura e tenta demonstrar que os processos disciplinares ocorrem nos micropoderes. Todos esses elementos, na discussão feita por Žižek (1996a), estariam na base de uma argumentação que apontaria para um solapamento definitivo da noção de ideologia nas ciências humanas.

Articulada à ideia de que o conceito de ideologia não é mais pertinente, ganharia relevância a ideia de uma “razão cínica” (proposta por Peter Sloterdijk), de um “sujeito cínico”, que teria perfeita consciência da distância entre a ideologia e a realidade social, mas que apesar disso continua a insistir na máscara ideológica. A perspectiva de uma “razão cínica” poderia ser expressa, segundo Žižek, na seguinte fórmula: “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem” (ŽIŽEK, 1992, p. 59), o que permitira questionar a fórmula derivada da perspectiva marxista da ideologia: “eles não sabem o que fazem”, e que apontaria justamente para a falta de pertinência do conceito de ideologia. Entretanto, para Žižek, a perspectiva de uma “razão cínica” não aponta para um solapamento da noção de ideologia. No nível de uma fantasia que estrutura nossa realidade social,

[...] estamos longe de ser uma sociedade pós-ideológica. A distância cínica é apenas um modo – um de muitos modos – de nos cegarmos para o poder estruturador da fantasia ideológica: mesmo que não levemos as coisas a sério, mesmo que mantenhamos uma distância irônica, *continuaremos a fazê-las*. (ŽIŽEK, 1996b, p. 318 – itálicos do autor)

Hoje em dia, conforme Žižek, “no capitalismo tardio, quando a expansão dos novos meios de comunicação de massa permite, ao menos em princípio, que a ideologia penetre efetivamente em todos os poros do corpo social” (ŽIŽEK, 1996a, p. 21), a eficácia da ideologia diminui consideravelmente, pois “os indivíduos não agem da forma como agem em função, primordialmente, de suas crenças ou convicções ideológicas” (ŽIŽEK, 1996a, p. 21), mas contornam a ideologia e confiam nas normas, na coerção do Estado, nas leis. Para Žižek,

É como se no capitalismo tardio “as palavras não importassem”, já não gerassem um compromisso: cada vez mais elas parecem perder seu poder de execução; o que quer que se diga fica imerso na indiferença geral; o rei está nu e a mídia alardeia esse fato, mas ninguém parece realmente se importar –

isto é, as pessoas continuam a agir como se o rei não estivesse nu. (ŽIŽEK, 1996a, p. 26)

Žižek demonstra, portanto, a partir do conceito de fantasia, que o sujeito cínico, ainda que tenha consciência das injunções da ideologia, continua a desconhecer a fantasia fundamental que regula a realidade social. Tal desconhecimento se deve a que, como o demonstra Žižek, a ideologia não se encontra no nível do saber, mas do fazer. Não importa que saibamos, por exemplo, que as injunções ideológicas da sociedade capitalista produzem relações desiguais. O que importa é que, na prática, continuamos a perpetuar um sistema baseado na exploração, ainda que não a consideremos justa. Não importa, por exemplo, que saibamos que o dinheiro não é feito de uma matéria sublime, pois na prática agimos como se ele fosse⁸. E este é o exato ponto de Žižek: a ideologia não é uma questão de convicções internas, mas de práticas, de como as coisas de fato acontecem. Žižek considera que o que importa na ideologia não é seu conteúdo como tal, "mas o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação" (ŽIŽEK, 1996a, p. 14). É por isso que longe de posicionar-se a partir de um horizonte pós-ideológico, "Žižek engajou-se desde o início de seus trabalhos em uma reatualização da crítica da ideologia que pressupõe a mutação do próprio sentido de 'crítica'" (SAFATLE, 2011, p. 196).

Para Žižek, portanto, a "razão cínica" proposta por Peter Sloterdijk não implica num solapamento da noção de ideologia. Antes, aponta para o próprio funcionamento da ideologia como fantasia social. É trabalhando dentro dessa perspectiva que Žižek indica que nas sociedades contemporâneas a forma mais comum em que a ideologia se manifesta é a do cinismo. Para entender cinismo e seu funcionamento social contemporâneo, devemos distinguir *Kynisme* daquilo que Peter Sloterdijk chama de *razão cínica*. Podemos definir o *Kynisme* grego como uma prática discursiva voltada para a paródia cujo objetivo era criticar a "ideologia oficial" por meio do questionamento dos sentidos cristalizados. Já a *razão cínica* está mais associada a um deslocamento, no nível ideológico, da célebre formulação de Marx

8. Quanto a essa questão, Žižek parte do pressuposto de que haveria uma dupla "corporificação" na relação com o dinheiro. Para o filósofo, "esse outro corpo do dinheiro é como o cadáver da vítima sádica, que suporta todas as torturas e sobrevive com sua beleza imaculada. Essa corporalidade imaterial do 'corpo dentro do corpo' dá-nos uma definição precisa do objeto sublime, e é somente nesse sentido que a ideia psicanalítica do dinheiro como um objeto 'pré-fálico', 'anal', é aceitável – desde que não nos esqueçamos de como essa existência postulada do corpo sublime depende da ordem simbólica [da injunção do 'Grande Outro']" (Žižek, 1996B, p. 303-304).

"eles não sabem, mas o fazem" para um "eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem". Desta forma, se o cinismo na concepção grega era uma forma de crítica pelo viés da ridicularização da cristalização dos sentidos, o cinismo contemporâneo funciona de outra forma, já que sua efetivação não se dá a partir de um solapamento dos sentidos advindos em virtude da exposição ao ridículo de uma ideologia dominante, mas a partir da suposição de uma distância entre as práticas e as formas de justificá-las. Conforme Octavio de Souza,

Diferentemente da “falsa consciência” que poderia ser esclarecida por um esforço crítico-ideológico que desmascararia o verdadeiro sentido de uma prática ideológica, o cinismo atual mostrar-se-ia irreduzível diante do argumento crítico, na medida em que busca sua legitimidade no próprio ato de tornar manifesta a discordância entre a prática e os princípios que procuram justificá-la. (SOUZA, 1991, p. 9)

Sendo assim, Žižek demonstra, a partir dos conceito de fantasia, que o cínico, ainda que desmascare o poder invertendo o valor da crítica ideológica, continua a desconhecer a fantasia fundamental que regula a realidade social. Tal desconhecimento se deve a que, como o demonstrou Žižek, a ideologia não se encontra no nível do saber, mas do fazer. Neste ponto, encontramos aquilo que Žižek (1996a) chama de uma inversão da não-ideologia em ideologia (o próprio cinismo, que postula uma posição pós-ideológica, não deixa de ser também uma postura ideológica). De acordo com o filósofo, "de repente, apercebemo-nos de um "para-si" da ideologia que está em ação no próprio "em-si" da realidade extra-ideológica" (ŽIŽEK, 1996a, p. 22). No nível econômico, por exemplo, primeiro as normas do direito materializam posições ideológicas (a crença na responsabilidade do indivíduo por exemplo). Segundo, diz Žižek, "a forma da consciência que se adapta à sociedade 'pós-ideológica' do capitalismo tardio [...] continua a ser, *stricto sensu*, uma atitude ideológica [...]" (ŽIŽEK, 1996a, p. 22), uma vez que podemos encontrar diversos pressupostos ideológicos tais como valores sobre o que é liberdade e justiça em ação nas relações sociais existentes.

Neste cenário em que a ideologia estrutura todos os aspectos da realidade, contra uma solução segundo a qual a única posição não ideológica possível seria renunciar à ideia de uma realidade extra-ideológica e defender que apenas a pluralidade de universos discursivos e ficções simbólicas existe, Žižek aponta que a crítica da ideologia deve ocorrer a partir de um lugar vazio e não definido positivamente. Porém, como haveremos de especificar esse lugar

vazio? - questiona-se Žižek (1996a). Para o filósofo, a única forma de não cair em posições ideológicas é manter a tensão entre ideologia e realidade, embora aqui não se deva entender realidade num sentido pré-ideológico, pois a vida diária já está imersa na ideologia. Segundo Žižek,

[...] devemos tomar cuidado para evitar a última armadilha que nos faz deslizar para a ideologia, sob a aparência de estar saindo dela. Ou seja, quando denunciarmos como ideológica a própria tentativa de traçar uma linha demarcatória clara entre a ideologia e a realidade efetiva, isso parece impor, inevitavelmente, a conclusão de que a única postura não ideológica consiste em renunciar à noção mesma de realidade extra-ideológica, e em aceitar que tudo com que lidamos são ficções simbólicas, com uma pluralidade de universos discursivos, e nunca com a “realidade” - *mas essa solução “pós-moderna” rápida e astuta, é a ideologia por excelência*. Tudo depende de persistirmos nesta posição impossível: embora nenhuma linha demarcatória clara separe a ideologia e a realidade, embora a ideologia já esteja em ação em tudo o que vivenciamos como “realidade”, devemos, ainda assim, sustentar a tensão que mantém viva a crítica da ideologia. Talvez, segundo Kant, possamos chamar esse impasse de “antinomia da razão crítico-ideológica”: a ideologia não é tudo; é possível assumir um lugar que nos permita manter distância em relação a ela, *mas esse lugar de onde se pode denunciar a ideologia tem que permanecer vazio, não pode ser ocupado por nenhuma realidade positivamente determinada*; no momento em que cedemos a essa tentação, voltamos à ideologia. (Žižek, 1996a, p. 24 – itálicos do autor)

Trata-se aqui, para Žižek, de indicar que é possível se posicionar em um lugar que permita manter uma certa distância da ideologia. Resta tentar delimitar que lugar é esse, que deve “permanecer vazio” para que a crítica à ideologia seja possível. A próxima seção permitirá delimitar os contornos desse lugar.

2.2 O JUDEU E O “CHE VUOI?”

De acordo com Žižek, a fantasia ideológica funciona como uma resposta a uma questão que vem do Outro. Aqui, retomando o ensino de Lacan, identificamos o campo do Outro com a própria ordem simbólica, “como 'lugar do significante'” (LACAN, 1999, p. 123), lugar que é

constitutivo do sujeito. Entretanto, na visada lacanina, o campo do Outro é atravessado por uma inconsistência, por um vazio estrutural. E é na referência ao campo do Outro constituído por esse vazio que Žižek elabora o conceito de ideologia como fantasia social.

A ideologia, entendida como fantasia, surge como uma resposta à clássica pergunta “*Che vuoi?*”, isto é, “o que o Outro quer de mim? Qual é afinal o seu desejo?”. A fantasia ideológica é, desta forma, uma tentativa de preencher o vazio deixado em aberto pela ausência de resposta à pergunta sobre o desejo do Outro. Sendo assim, antes de ser uma ilusão sobre a realidade, a fantasia ideológica nos dá a realidade como construção fantasística que nos permite sair do impasse presentificado por um vazio no campo do Outro.

A discussão feita por Žižek sobre o antissemitismo na ideologia nazista contribui para o esclarecimento da fantasia considerada como uma tentativa de preencher o vazio presentificado pelo Outro. O racismo da postura antissemita deve ser pensado, segundo Žižek, como estando articulado numa fantasia que se propõe a responder a pergunta que vem do outro: “*Che Vuoi?*”. Estruturada como uma resposta ao vazio no campo do Outro, no caso do antissemitismo tal cena fantasística permitiu certas práticas voltadas para o extermínio dos judeus. No caso do antissemitismo, a resposta à pergunta que vem do Outro, diz Žižek, “é uma fantasia sobre a 'conspiração judaica', sobre o misterioso poder que os judeus teriam de manipular os acontecimento e 'mexer os pauzinhos' por trás do pano” (ŽIŽEK, 1992, p. 112). É nesse sentido que “[...] a fantasia funciona como uma construção, uma trama imaginária que preenche o vazio, a abertura deixada pelo *desejo do Outro* [...]” (ŽIŽEK, 1992, p. 112 – itálicos do autor).

A partir disso, é possível afirmar que o mecanismo da fantasia “captura” o desejo e funciona como um roteiro que opera no espaço vazio de uma impossibilidade fundamental, isto é, no abismo do desejo do Outro. Essa mesma dinâmica ocorre, de acordo com Žižek, na relação sexual: “‘Não há relação sexual’: essa impossibilidade é obturada pelo roteiro-fantasia fascinante; e por isso a fantasia, em última análise, é sempre uma fantasia da relação sexual, uma encenação dessa relação” (ŽIŽEK, 1992, p. 123). É por isso que para Žižek a fantasia não deve ser interpretada, mas sim “atravessada”: “a única coisa que temos de fazer é perceber que não há nada 'por trás', e que a fantasia mascara precisamente esse 'nada'”

(ŽIŽEK, 1992, p. 124). Vislumbra-se aqui, desta forma, o lugar vazio a partir do qual seria possível a crítica ideológica de que falávamos acima: o vazio fundamental que constitui o real impossível, isto é, o fato um pouco desconcertante de que por trás da fantasia que estrutura a relação do sujeito com o real não há absolutamente nada.

Esse nível de análise em que se busca delinear os contornos de uma fantasia que constitui a realidade social corresponde à segunda etapa da “crítica ideológica” proposta por Žižek em *Eles não sabem o que fazem*, isto é, a etapa em que se busca não apenas fazer uma leitura sintomal do texto ideológico (primeira etapa), atentando para as montagens significantes que constituem a materialidade linguística, mas também apontar o núcleo do gozo pré-ideológico que sustenta a fantasia operando dentro de um campo ideológico. É possível identificar aqui um elemento fundamental para a pesquisa que aqui realizamos, qual seja, o contraste entre o campo da Análise do Discurso – campo que, segundo as indicações de Žižek, insere-se na perspectiva de uma leitura sintomal do texto ideológico – e a teorização de Žižek acerca da fantasia ideológica. Retomaremos essa questão no capítulo III, no qual tentaremos explorar algumas consequências da argumentação de Žižek para a Análise do Discurso.

Indicamos algumas linhas acima que, na perspectiva da crítica da ideologia delineada por Žižek, é importante apontar o núcleo de gozo pré-ideológico que sustenta a fantasia operando dentro de um campo ideológico. Sobre o gozo pré-ideológico que sustenta a fantasia ideológica, vale indicar que, como vimos, apoiado na teoria psicanalítica lacaniana, Žižek afirma que a ideologia possui a estrutura de uma fantasia: ela surge como uma resposta a uma pergunta que vem do Outro: “*Che Vuoi?*”. A função da fantasia seria estruturar o encontro traumático com o desejo do Outro, pois ela oferece uma resposta ao abismo incontornável que é seu desejo. O que deve ser sublinhado aqui é o fato de que se por um lado a fantasia ideológica sustenta a realidade (e a própria realidade simbolizada pelo indivíduo), por outro lado a ideologia sustenta-se no gozo.

Sobre o conceito de gozo, diremos apenas que ele está referido à perda a que se submete o sujeito na medida em que, na visada lacaniana, constituído por linguagem. A entrada no campo da linguagem implica em uma perda de gozo, perda que, no entanto, engendra um movimento de recuperação do gozo perdido. Nessa perspectiva, a ideologia pode ser pensada, a partir de

Žižek, como estando articulada a um movimento de recuperação do gozo perdido, portanto a algo que implica numa certa satisfação libidinal, na obtenção de fragmentos de gozo que estarão sempre aquém do gozo esperado, gozo impossível.

Retomando os ensinamentos de Jacques Lacan, Žižek (1992) indica que a operação que faz um significante representar o sujeito para outro significante, isto é, a constituição do sujeito pelo significante, “nunca se dá sem produzir um excesso irritante e incômodo, um resto, um excremento, designado como o *a* pequeno [...]” (ŽIŽEK, 1992, p. 173). Assim, a dimensão da perda que estrutura o mais gozar existe sob a forma de um objeto que ele chama de “*a*”. Esse objeto representa o gozo que falta, e por isso é objeto de desejo. Ele será paradoxal na medida em que é ao mesmo tempo uma falta de gozo e um mais gozar. É nesse sentido que, como afirmamos acima a partir de Žižek, a ideologia sustenta-se no gozo. Ela sustenta-se no gozo na medida em que está na dependência da perda de gozo implicada na entrada no campo da linguagem, no campo do significante, e também na medida em que a ideologia possibilita, pela via da fantasia, a obtenção de fragmentos de gozo, de uma certa satisfação de cunho libidinal. Sobre essa questão, cabe trazer aqui Rabelais, segundo a qual

Podemos entender que o paradoxo consiste no fato de que o gozo está ao mesmo tempo, num campo desconhecido, articulado a *das Ding*, ponto inacessível, rodeado por obstáculos, campo da Coisa. E, ainda assim, o gozo torna-se possível e parcial através da inscrição da Lei que barra o gozo mortífero, e abre caminhos para gozos possíveis e parciais. O gozo, desta forma, apoia-se sobre a Lei. (RABELAIS, 2016, p. 42)

O paradoxo mencionado por Rabelais refere-se, em nossa leitura, ao fato de que o gozo impossível, excluído a partir da entrada no campo da linguagem, produz um movimento que visa à recuperação de um gozo irrecuperável, recuperável, porém, apenas parcialmente. E a ideologia como fantasia pode ser entendida, a partir da teorização de Žižek, como um forma de recuperar fragmentos do gozo impossível. É nesse sentido que a ideologia sustenta-se no gozo.

Retomemos agora nossas considerações sobre a fantasia ideológica em torno do judeu. Žižek (1992) indica que primeiramente há um deslocamento do antagonismo social para a oposição entre o judeu como força do mal na sociedade e o corpo social sadio. Assim, afirma Žižek, “não é a própria sociedade que é 'impossível', baseada no antagonismo: a fonte de corrupção

se encontra numa entidade particular, o judeu” (ŽIŽEK, 1992, p. 122). O que está em jogo aqui é, para Žižek, “construir uma visão da sociedade que *exista*, de uma sociedade que não seja antagonicamente dividida, uma sociedade em que a relação entre suas diferentes partes seja orgânica e complementar” (ŽIŽEK, 1992, p. 123 – itálico do autor). Ora, para Žižek, entender a sociedade como um tecido coeso pode ser considerada como a fantasia ideológica primordial, sendo sua condição fundamental um antagonismo que perpassa toda formação social. De tal forma que a sociedade seria antes um “projeto”, não uma realidade concreta. Como então, questiona-se o filósofo, encarar a distância entre essa visão da sociedade como um todo coeso e a sociedade real, dividida pelo antagonismo? “A resposta, evidentemente, é o judeu: um elemento externo, um corpo estranho que introduz a corrupção no tecido social sadio” (ŽIŽEK, 1992, p. 124).

Portanto, a fantasia ideológica articulada em torno do judeu foi um meio de instituir uma ideia de sociedade coesa fundada no falso ideal de que, uma vez retirada dela aquilo que a impede de constituir-se harmonicamente, isto é, o judeu, seu funcionamento se daria finalmente sem falhas. Tal postura, podemos perceber, sustenta-se numa satisfação da ordem do gozo, e permite aos antissemitas obterem uma certa satisfação com sua fantasia. Atualmente é possível ver esse deslocamento ideológico do antagonismo em diversas manifestações de racismo, homofobia e violências de todo tipo que pretendem localizar o elemento da contradição não na forma como a sociedade está organizada, mas em um de seus segmentos específicos. No caso do antissemitismo aqui exposto, a operação que funda essa oposição entre corpo social sadio e doente é simplesmente o deslocamento de um antagonismo fundamental que perpassa a sociedade para a figura do judeu como negatividade imanente. Referindo-se à crítica da ideologia a partir do antissemitismo, Žižek indica que

[...] “a crítica da ideologia” tem que inverter o elo de causalidade percebido pelo olhar totalitário: longe de ser a causa positiva, o judeu é a encarnação de certa barreira, ou seja, da impossibilidade que impede a sociedade de realizar sua identidade plena como uma totalidade fechada e homogênea. [...] Não são os judeus que impedem a Sociedade de alcançar sua identidade plena, mas sim sua própria natureza antagonica, sua própria barreira imanente, e ela “projeta” essa negatividade imanente na figura do “judeu”. Em outras palavras, o que é excluído do simbólico (do contexto da ordem corporativista sócio-simbólica) retorna no Real como uma obra do “judeu” (ŽIŽEK, 1992, p. 124-125).

Portanto, a fantasia ideológica antissemita em torno da figura do judeu resulta numa espécie de engodo em que a tensão social do antagonismo vem alojar-se na figura do judeu, que, paradoxalmente, tanto desmente como funda a ideia de uma sociedade coesa e homogênea. Ou seja, se por um lado a figura do judeu aponta para o antagonismo social, por outro lado essa mesma figura funda a possibilidade de uma coesão social ilusória.

As considerações tecidas por Žižek sobre o antissemitismo colocam em destaque elementos fundamentais acerca do conceito de ideologia como fantasia social. Fundamentalmente, como vimos nessa seção, trata-se de abordar a ideologia como uma construção fantasística que se propõe a tamponar um certo vazio no campo do Outro, construindo portanto a perspectiva ilusória de uma harmonia no campo social. Na próxima seção, abordaremos alguns outros elementos que nos parecem importantes na teorização de Žižek sobre a ideologia como fantasia, quais sejam, a articulação entre fantasia e desejo, o bastreamento ideológico e a luta de classes como real.

2.3 DESEJO, BASTEAMENTO IDEOLÓGICO, LUTA DE CLASSES

O processo de criação fantasística que desloca o antagonismo social para a figura do judeu, que discutimos na seção anterior, obedece a um regime da fantasia que, tal como demonstrado por Žižek, não corresponde apenas a uma projeção imaginária que representaria a realização do desejo. De acordo com o filósofo, a própria fantasia já é constitutiva do desejo, no sentido de que é ela que constrói o contexto que nos permite desejar. Por isso a afirmação segundo a qual a fantasia é um cenário imaginário que representa a concretização do desejo é um tanto quanto enganosa. Na verdade, para Žižek, “na cena da fantasia, o desejo não é preenchido, [...] mas constituído - [...] *graças à fantasia, aprendemos 'como desejar'*” (ŽIŽEK, 1992, p. 116 – itálicos do autor).

Esse ponto é importante pois mostra que não se deve tomar a discussão sobre a fantasia feita por Žižek como uma forma de idealismo imposta sobre as práticas sociais, como se por trás

das práticas houvesse uma fantasia regulando-as. Se a fantasia não apenas fornece as coordenadas do desejo, mas é constitutiva do próprio desejo, o que se percebe entre fantasia e desejo é uma proximidade absoluta; desta forma, a fantasia não é o quadro que simplesmente prevê as coordenadas do desejo, ela já é o próprio real (bem entendido, o real impossível) enquanto desejo. Em vista disso, estar na realidade já é estar na fantasia, sendo que poderíamos considerar a própria oposição entre fantasia e realidade uma outra forma de fantasia ideológica. Parafrazeando Kant, Žižek (1992) propõe que a fantasia pode ser associada ao esquematismo transcendental: a fantasia é o nome do mecanismo pelo qual os objetos empíricos são incluídos na rede das categorias transcendentais que determinam a maneira como as percebemos e as concebemos. Ou seja, não é que exista um desejo que é preenchido na fantasia, a própria fantasia já está identificada com o próprio desejo.

O paradoxo da fantasia é que ela é ao mesmo tempo o contexto que coordena o desejo e uma defesa contra o abismo do desejo do Outro, isto é, a fantasia, enquanto constitutiva do desejo, é também algo que busca negar esse desejo. Essa questão é ilustrada por Žižek pelo mecanismo do complexo de Édipo: "[...] na fantasia, a mãe é *reduzida* a uma série limitada de traços (simbólicos); no momento em que o objeto *próximo demais* da Coisa-mãe aparece no contexto da fantasia, o desejo é sufocado pela proximidade do incesto" (ŽIŽEK, 1992, p. 117 – itálicos do autor). Isso aponta para o fato de que nem todo objeto pode integrar-se na estrutura da fantasia ideológica, apenas objetos que mantêm certa distância com o núcleo traumático do desejo podem integrar-se na fantasia ideológica.

E de que modo, então, um objeto empírico torna-se um objeto do desejo? - questiona-se Žižek (1992) - “Como passa a conter um X, uma qualidade desconhecida, algo que é 'nele mais do que ele' e que o torna digno do nosso desejo? Simplesmente entrando no contexto da fantasia, sendo incluído numa cena fantasística que dê consistência ao desejo do sujeito” (Žižek, 1992, p. 117). Para entender isso, Žižek demonstra o funcionamento da fantasia analisando o filme *Janela Indiscreta* (1954), de Hitchcock. A janela pela qual o personagem vivido por James Stewart olha obsessivamente é uma cena fantasística, "seu desejo fica fascinado pelo que ele poder ver através dela" (ŽIŽEK, 1992, p. 117). Grace Kelly, apaixonada por James, só consegue fazer com que ele note sua presença ao entrar em sua cena fantasística: "atravessando o pátio para aparecer 'do outro lado', onde ele possa vê-la pela janela" (ŽIŽEK

[1990] 1992, p. 117). Sua imagem é captada pela cena fantasística ao ser reconhecida como parte integrante de seu quadro. Para entender melhor essa questão, vejamos como Žižek entende o bastamento ideológico, mecanismo por meio do qual a fantasia ideológica estabelece certos pontos de basta que estabilizam o deslizamento do significante.

O mecanismo ideológico é entendida por Žižek por meio do conceito de bastamento ideológico, desenvolvido por Žižek a partir das elaborações de Jacques Lacan. De acordo com esse conceito, antes de se fixarem em alguma significação determinada, os significantes permanecem em estado flutuante até o momento em que "num certo ponto [...] um significante fixa retroativamente a significação da cadeia" (ŽIŽEK, 1992, p. 100), detendo o deslizamento do significante. Isso quer dizer que num espaço ideológico significantes como "liberdade", "Estado", "justiça", "paz" etc... "flutuam" até serem suplementadas retroativamente por um significante-mestre, como "comunismo", por exemplo.

O ponto de basta é o ponto através do qual o sujeito é costurado à cadeia do significante e é também "o ponto que interpela o indivíduo como sujeito, dirigindo-se a ele através do apelo a um certo significante-mestre ('Comunismo', 'Deus', 'Liberdade', 'América'); numa palavra, é o ponto de subjetivação da cadeia significante" (ŽIŽEK, 1992, p. 100).

Dito isso, podemos perceber que o bastamento ideológico envolve sempre certa arbitrariedade no fechamento da cadeia do significante, retendo o deslizamento do significante em um significado determinado que pode ser percebido como natural e inevitável. A partir de Žižek, podemos afirmar que as diversas posições ideológicas são sustentadas por um bastamento arbitrário, que permite estabilizar o deslizamento do significante. Dunker (2008) entende o bastamento ideológico como uma forma de remediar o furo constitutivo do espaço discursivo: "O bastamento é uma operação elementar de produção da significação à partir do qual um significante, colocado em posição de mestria, retroage sobre a cadeia conferindo-lhe significação e fazendo consistir um saber" (DUNKER, 2008, p. 21). Mas de que forma o bastamento tem êxito? Em que ponto seu deslizamento é fixado? Para Žižek isso ocorre exatamente no momento em que os elementos de uma cadeia significante começam a funcionar como a prova de seu contrário. Isto é, quando a experiência cotidiana começa funcionar como prova contrária de sua verdade. Acompanhemos em seguida a argumentação

de Žižek sobre o antissemitismo para entender essa questão:

Se o nível da “experiência cotidiana” se choca com a eficácia ideológica, isso é simplesmente um indício de que a ideologia não conseguiu produzir seus efeitos. Por isso é que não podemos evitar a eficácia do anti-semitismo através de uma referência à realidade extra-ideológica dos judeus, dizendo: “Mas olhe os judeus, essas pessoas amáveis e trabalhadoras...” - quando o anti-semitismo funciona, esse lembrete só faz *reforçar* a angústia diante do judeu “inapreensível”. (ŽIŽEK, [1998] 1991, p. 196)

Na perspectiva em que Žižek se insere ao abordar a ideologia na condição de fantasia social, há um elemento fundamental e de suma importância na discussão que fazemos nesta dissertação: qualquer simbolização pela via da linguagem engendra necessariamente um resto real, impossível de ser simbolizado. Isso aponta para o fato de que, “em vez de uma progressão linear, imanente e necessária, segundo a qual a significação se desenrola a partir de um núcleo inicial, temos um processo radicalmente contingente de produção retroativa da significação” (ŽIŽEK, 1992, p. 101). O problema, portanto, é que, depois de cada bastreamento da cadeia significante, depois de que, por um processo hegemônico, o significado é imposto de forma retroativa numa cadeia significante, que fixa retroativamente o sentido de um termo, resta sempre um certo hiato, uma abertura que se expressa pela famosa pergunta “*Che Vuoi?*”.

A partir da psicanálise lacaniana, há portanto que se considerar o registro do real, registro que aponta justamente para uma impossibilidade fundamental, para um elemento refratário à operação de simbolização pela via da linguagem. Ora, quais seriam as consequências para o campo da Análise do Discurso de se levar em conta o fato de que, para além da significação que desponta numa referência à linguagem, ao discurso, há um resto real em torno do qual orbitam as significações? Retomaremos essa questão posteriormente.

Por ora, gostaríamos de retomar algumas considerações de Žižek acerca da luta de classes como real. Žižek (1996a), fundamentado em Lacan, afirma que não existe realidade sem espectro, sem um complemento espectral, complemento esse que será aproximado por Žižek à fantasia ideológica. O espectro seria uma espécie de contraparte do resto do processo de simbolização - uma vez que podemos afirmar que a simbolização por meio da linguagem é sempre falha, há sempre algo que resta, que fica de fora do processo de simbolização.

Conforme Žižek (1996a), “*Esse real (a parte da realidade que permanece não simbolizada) retorna sob a forma de aparições espectrais*” (ŽIŽEK, 1996a, p. 28 – itálicos do autor). O problema, sendo assim, “reside no fato de que a simbolização, em última instância, sempre fracassa, jamais consegue 'abarcá-lo' inteiramente o real, sempre implica uma dívida simbólica não quitada, não redimida” (ŽIŽEK, 1996a, p. 28). Há sempre um dejetivo a sustentar o desejo que torna o Outro sem consistência, “sendo a fantasia uma tentativa de ultrapassar, de mascarar essa inconsistência, esse furo no Outro” (ŽIŽEK, 1992, p. 121). Cabe aqui levantar a seguinte questão: não seria esse resto real aquilo mesmo que está na base do antagonismo que, para Žižek, perpassa o corpo social? Aquilo que desponta na forma de um resto a partir da simbolização poderia ser referido à dinâmica do antagonismo social? Em relação a essa questão, é importante acompanhar a argumentação desenvolvida por Žižek sobre a luta de classes.

Como vimos, o autor indica que uma formação social não se configura como um todo harmonioso, uma vez que é atravessada por um antagonismo. Esse antagonismo, que segundo o autor aponta para a própria inexistência de uma relação harmônica entre os diferentes segmentos da sociedade, tem na expressão marxista “luta de classes” um de seus nomes. Tomando a luta de classes como real – no sentido lacaniano de real como impossível –, Žižek afirma que

Dizer que a luta de classes é um real equivale a retomar, *mutatis mutandis*, a fórmula lacaniana da impossibilidade da relação sexual: “não existe relação de classe”, as classes não são “classes” no sentido habitual ou lógico-classificatório, não existe meio-termo universal, um campo comum e neutro entre elas, e a “luta” (a relação que é justamente uma não-relação) entre as classes tem um papel constitutivo para elas mesmas. Em outras palavras, a luta de classes funciona como o “real” em virtude do qual o discurso sócio-ideológico nunca é “tudo”; ela não é, por conseguinte, um “fato objetivo”, mas antes o nome (um dos nomes) da impossibilidade de o discurso ser “objetivo”, de ele se colocar numa distância objetiva e dizer “a verdade sobre a verdade”, o nome do fato de que toda fala *sobre* a luta de classes recai *na* luta de classes. (ŽIŽEK, 1992, p. 91 – itálicos do autor)

Para além da especificidade de uma formação social e econômica, Žižek vê a sociedade articulada ao redor da luta de classes permeada por um antagonismo fundamental. A realidade social se constitui em torno de um núcleo de antagonismo, uma vez que “não existe relação de classe”. O que há é um núcleo de não-relação (que possui na expressão “luta de classes” um

de seus nomes), um antagonismo real que coloca em cena um vazio fundamental que atravessa todo o corpo social. Assim, a luta de classes é um real, não se referindo a um fato objetivo, mas a um núcleo de uma diferença impossível de ser simbolizada. Para o autor,

[...] a luta de classes é “real” no sentido lacaniano estrito: uma “dificuldade”, um empecilho que origina simbolizações sempre renovadas, mediante as quais nos esforçamos por integrá-lo e domesticá-lo (a tradução/deslocamento corporativista da luta de classes para a articulação orgânica dos “membros” do “corpo social”, por exemplo), mas que, ao mesmo tempo, condena esses esforços a um derradeiro fracasso. A luta de classes não é nada mais do que o nome do limite imperscrutável que é impossível de objetivar, situado dentro da totalidade social, já que ela mesma é o limite que nos impede de conceber a sociedade como uma totalidade fechada. Ou, para dizer de outra maneira, “luta de classes” designa o ponto em relação ao qual “não existe metalinguagem”: na medida em que toda posição dentro do todo social é sobredeterminada, em última instância, pela luta de classes, não está excluído da dinâmica desta última nenhum lugar neutro de onde seja possível localizá-la dentro da totalidade social. (ŽIŽEK, 1996a, p. 17 - 18)

Entendido como o real que resiste, real que sempre retorna uma vez que a simbolização sempre fracassa, a luta de classes é, portanto, assim como a figura do judeu, um elemento que paradoxalmente possibilita e impossibilita ao mesmo tempo a coesão social. O antagonismo que impossibilita que uma formação social se configure como uma totalidade harmoniosa é, paradoxalmente, o elemento que engendra um movimento em direção à coesão harmônica no espaço do edifício social. A luta de classes não é, neste sentido, uma entidade que tem uma existência positiva e que seja empiricamente verificável. Ela refere-se a um elemento que, promovendo um movimento em direção a uma coesão social, condena essa própria coesão a uma impossibilidade. Vislumbramos, assim, na discussão feita por Žižek uma “estranha lógica do antagonismo como real” (ŽIŽEK, 1996a, p. 30). E, conforme indicado anteriormente, é preenchendo fantasisticamente o vazio no cerne do edifício social que a ideologia estrutura a realidade social e o fazer do sujeito na sociedade.

Na seção seguinte, teceremos nossas considerações finais sobre a relação entre ideologia como fantasia e linguagem na teorização de Slavoj Žižek.

2.4 IDEOLOGIA E LINGUAGEM EM ŽIŽEK: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a ideologia, entendida por Žižek como fantasia, funciona como uma espécie de anteparo frente ao abismo do desejo do Outro. Desta forma, a fantasia ideológica não é uma ilusão ou uma falsa consciência que mascare um estado verdadeiro de coisas, mas um fantasia que opera sem que disso o sujeito tenha consciência e que estrutura a realidade. Isso não quer dizer, entretanto, que a vida não passa de um sonho e que tudo é ilusão. Para Žižek existe um núcleo sólido de real, algo que persiste para além da ilusão fantasística que perpassa o corpo social, sendo a fantasia exatamente uma forma de se lidar com isso que persiste. Nesse sentido é que se deve entender como errada a perspectiva segundo a qual “a vida não passa de um sonho”, pois é exatamente no sonho que mais nos aproximamos do que mais existe de real.

Seguindo essa linha de pensamento, devemos entender o real como aquilo que é impossível, como um núcleo traumático que está na base da configuração social, sendo a ideologia uma forma de oferecer a realidade com seu núcleo traumático tamponado. A efetividade social, portanto, implica que os indivíduos, agindo de forma cínica, “não sabem o que fazem”, pois a essência da realidade, seu núcleo traumático, não pode ser conhecido. Por isso, no nível do fazer, os indivíduos continuam a se guiar por uma ideologia fantasística.

Um aspecto relevante que se pode depreender da reflexão Žižek é que estamos longe de viver em uma sociedade pós-ideológica. Para o filósofo, ainda que em sua configuração contemporânea o cinismo possa nos parecer como uma posição pós-ideológica, sua postura continua sendo ideológica, pois seu mecanismo coloca em cena o fato de que há um desconhecimento fundamental que perpassa o corpo social no nível do fazer, desconhecimento que incide sobre a fantasia que estrutura a própria realidade. Portanto, o que importa no mecanismo ideológico não é um conteúdo como tal, mas antes a postura subjetiva acionada a partir da fantasia que estrutura a realidade.

Essa fantasia ideológica é vista por Žižek, a partir de Lacan, como uma forma de lidar com o abismo do desejo do Outro. Seu mecanismo, desta forma, não se refere diretamente às contradições sociais ou às determinações históricas, como pressupunha certa corrente clássica

do materialismo dialético. Trata-se antes de tamponar uma certa inconsistência advinda do abismo do de desejo do Outro. A fantasia, podemos dizer, é uma tentativa de remediar o furo constitutivo do desejo do Outro.

Para lidar com esse furo no campo do Outro, a fantasia é o mecanismo por meio do qual a ideologia gera seus efeitos. O cenário fantasístico do antissemitismo é um caso exemplar de resposta ao desejo do Outro. Associada a uma forma de gozo, de satisfação libidinal constituída como perda a partir da aquisição da linguagem, a fantasia ideológica pode ser entendida como um mecanismo para se haver com essa perda de gozo. O gozo impossível instaurado pela entrada no campo do significante articula-se com a fantasia quando esta surge como uma forma de obter fragmentos de gozo. Neste sentido, a fantasia não é apenas uma projeção imaginária que representa o desejo, é a própria constituição do desejo, no sentido de que não existe distância entre fantasia e desejo.

Outro ponto importante que deve ser destacado é que o mecanismo ideológico, agindo a partir de certa inconsistência no campo do Outro, estabelece pontos de basta que estabiliza a cadeia do significante e estabiliza seu deslizamento. Esse bastamento ideológico, conforme Žižek, tem êxito quando na experiência cotidiana perdemos a noção da arbitrariedade do fechamento da cadeia do significante e passamos a apreender a realidade a partir de significações fixas tais como “Deus”, a “liberdade”, o “antessemitismo” etc. Convém ressaltar que Žižek (1992) afirma que esse bastamento não segue nenhum lei ou processo determinado. Para Žižek o que há é um pura arbitrariedade regendo o deslizamento do significante. Neste sentido, uma vez que o processo de simbolização sempre fracassa, pois sua incidência só é capaz de abarcar fragmentos do real, a fantasia ideológica surge como uma resposta a isso que insiste em não se presentificar na ordem da linguagem.

Como se pode depreender da argumentação de Žižek, a ideologia é uma resposta a algo que sobra da operação da linguagem. É só porque a linguagem coloca em cena o real que a fantasia ideológica pode ser entendida como uma resposta a isso que sobra no processo de simbolização. A linguagem aqui ganha um lugar diferente na relação com a ideologia. Não se trata apenas da língua como uma base material, regida por leis de ordem fonológica, morfológica e sintática, na qual a ideologia exerce seus efeitos, como vimos no Pêcheux de 1975. Trata-se, antes, de um estrutura cuja característica fundamental é sua impossibilidade de

simbolizar o real de maneira direta e sem falhas. No próximo capítulo daremos sequência a essa reflexão apontando as possíveis contribuições da reflexão de Žižek para se pensar a Análise do Discurso.

CAPÍTULO 3 – UM CONTRAPONTO ENTRE ŽIŽEK E PÊCHEUX: CONSEQUÊNCIAS PARA A ANÁLISE DO DISCURSO

No primeiro capítulo desta dissertação, abordamos as elaborações de Michel Pêcheux acerca da ideologia e da relação entre ideologia e linguagem no ano de 1975. Detivemo-nos nesse momento específico da teorização de Michel Pêcheux em função do fato de que é no ano de 1975 que Pêcheux abordou de forma mais detida a questão da ideologia e de sua relação com a materialidade da língua, amparado nas elaborações althusserianas presentes em *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Já no segundo capítulo da dissertação, detivemo-nos nas considerações de Slavoj Žižek acerca da ideologia entendida como fantasia social, como uma construção que, tamponando um vazio no campo do Outro, estrutura a obtenção de fragmentos de gozo e a própria realidade social. No presente capítulo, tentaremos traçar um contraponto entre as elaborações de Pêcheux e de Žižek, de forma que seja possível recolher algumas consequências da teorização de Žižek para a Análise do Discurso. Inicialmente, retomaremos algumas considerações de Žižek acerca da Análise do Discurso, uma vez que, de forma a fundamentar sua teorização sobre a ideologia como fantasia, Žižek (1996a) tece considerações sobre diversas contribuições à teoria da ideologia, incluindo aí a Análise do Discurso de Michel Pêcheux. Em seguida, discutiremos a distinção, trabalhada por Žižek, entre as duas vertentes do mecanismo da identificação, quais sejam, a identificação imaginária e a identificação simbólica. Tal distinção será importante para que acompanhem a crítica feita por Žižek às teorias da ideologia derivadas da interpelação assim como trabalhada por Louis Althusser, notadamente na obra *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Retomar a distinção entre identificação simbólica e identificação imaginária será importante também na medida em que nos auxiliará a delinear o contraponto entre as teorizações de Michel Pêcheux e Slavoj Žižek sobre a ideologia. Na terceira seção deste capítulo, discutiremos uma possível contribuição das elaborações de Žižek para a Análise do Discurso, focando nossa atenção na noção de linguagem que está na base da teorização de Žižek. Na quarta seção, abordaremos alguns elementos da teorização de Pêcheux após 1975, elementos que nos auxiliarão em nossa tentativa de estabelecer um contraponto entre as teorizações de Pêcheux (em 1975) e Žižek no que se refere à ideologia.

3.1 CONSIDERAÇÕES DE SLAVOZ ŽIŽEK ACERCA DA ANÁLISE DO DISCURSO

Para Žižek (1996a), o campo de estudos da Análise do Discurso corresponde a uma importante tendência da crítica da ideologia (cf. ŽIŽEK 1996a, p. 17). De acordo com o filósofo,

Também convém mencionar aqui Michel Pêcheux, que deu um toque estritamente linguístico à teoria da interpelação de Althusser. Seu trabalho centra-se nos mecanismos discursivos que geram a “evidência” do Sentido. Ou seja, um dos estratagemas fundamentais da ideologia é a referência a alguma evidência - “Olhe, você pode ver por si mesmo como são as coisas!” ou “Deixe os fatos falarem por si” talvez constituam a arqui-afirmação da ideologia – considerando-se, justamente, que os fatos *nunca* “falam por si”, mas são sempre *levados a falar* por uma rede de mecanismos discursivos. Basta lembrar o célebre filme antiaborto intitulado *O grito silencioso* – ali “vemos” um feto que “se defende”, que “grita” e assim por diante, mas o que “não vemos”, nesse ato mesmo de ver, é que estamos “vendo” tudo isso contra o pano de fundo de um espaço discursivamente pré-construído. A análise do discurso talvez mostre seu ponto mais forte ao responder precisamente a essa questão: quando um inglês racista diz que “há paquistaneses demais em nossas ruas!” *como – de que lugar – ele “vê” isso*; ou seja, como se estrutura seu espaço simbólico para que ele possa perceber como um excesso perturbador o fato de um paquistanês andar por uma rua de Londres? Em outras palavras, devemos ter em mente aqui o lema de Lacan de que no *real não falta nada*: toda percepção de uma falta ou de um excesso (“não há o bastante disso”, “há demais daquilo”) implica sempre um universo *simbólico*. (ŽIŽEK, 1996a, p. 17)

Nas palavras de Žižek, portanto, Pêcheux dá um toque linguístico à teoria althusseriana da interpelação, centrando-se nos mecanismos discursivos que produzem a evidência do sentido. Žižek também destaca a questão do lugar de onde se produz o discurso, elemento que, como vimos, é essencial nas elaborações de Michel Pêcheux sobre a ideologia no ano de 1975. Para além das considerações de Žižek sobre a Análise do Discurso, vale também chamar a atenção para a menção aos registros do real e do simbólico, advindos da psicanálise lacaniana, e que são fundamentais na caracterização da ideologia como fantasia social. Depreende-se da teorização feita por Žižek que o universo simbólico, estruturado como linguagem, aponta para um campo de falta fundamental que se instaura com a linguagem. Se por um lado no real não falta nada, é na linguagem que se articula uma ausência no nível do simbólico. E é em relação a essa ausência que podemos situar, junto a Žižek, a ideologia como fantasia social.

Em nossa retomada das considerações de Slavoj Žižek acerca do campo da Análise do Discurso, é importante discutir aqui as considerações de Žižek (1996a) acerca da tradição do Esclarecimento defendida por pensadores como Habermas, que buscou lançar as bases para uma sociedade baseada apenas na comunicação racional visando uma ética da comunicação. A partir da psicanálise lacaniana, pode-se dizer, junto a Žižek, que a perspectiva delineada por Habermas ignora o fato de que a simbolização não ocorre sem restos, de que o processo comunicativo está estruturado num equívoco fundamental, numa falta que o atravessa.

No que se refere às considerações de Žižek acerca do campo da Análise do Discurso, deve-se dizer que a comunicação racionalmente servindo como um ideal regulatório pode ser questionada a partir dos próprios estudos realizados na Análise do Discurso, embora não se trate, nesse caso, de colocar em destaque a falha inerente ao processo de simbolização, como pode ser feito a partir da psicanálise lacaniana. Conforme Žižek,

Habermas, talvez o último grande representante dessa tradição [tradição iluminista], mede a distorção e/ou a falsidade de uma construção ideológica pelo padrão da argumentação racional não coercitiva, um espécie de “ideal regulatório” que, segundo ele, é inerente à ordem simbólica como tal. (ŽIŽEK, 1996a, p. 15-16)

Na Análise do Discurso⁹, argumenta Žižek, “o que a tradição do Esclarecimento descarta como uma mera perturbação da comunicação 'normal' converte-se na condição positiva da comunicação” (ŽIŽEK, 1996a, p. 16), enquanto que para Habermas uma comunicação totalmente racional, que estabeleça um vínculo direto entre a teoria e a prática, seria a base para uma sociedade coesa e harmônica.

O ponto que gostaríamos de enfatizar mais uma vez aqui é que, segundo Žižek, o próprio campo da Análise do Discurso permite uma crítica à perspectiva delineada por Habermas segundo a qual haveria a possibilidade uma comunicação não distorcida, amparada na racionalidade. Na perspectiva em que se situa a Análise do Discurso, a tentativa de fundar um mecanismo de comunicação ancorado na racionalidade, explica Žižek (1996a), constitui também um uso ideológico. É neste sentido que, segundo Žižek,

⁹ Quando discute a Análise do Discurso em relação à tradição do esclarecimento, Žižek refere-se à Análise do Discurso de maneira geral, sem mencionar uma linha de trabalho específica dentro do campo.

para a Análise do Discurso, a própria ideia de um acesso à realidade que não seja distorcido por nenhum dispositivo discursivo ou conjunção com o poder é ideológica. O 'nível zero' da ideologia consiste em (des) apreender uma formação discursiva como um fato extradiscursivo" (ŽIŽEK, 1996a, p. 16).

A partir disso, de acordo com Žižek, o que a Análise do Discurso viu é que "O espaço intersubjetivo concreto da comunicação simbólica é sempre estruturado por vários dispositivos textuais (inconscientes) que não podem ser reduzidos a uma retórica secundária" (ŽIŽEK, 1996a, p. 16), mas devem ser incluídos no processo de crítica do processo discursivo. Por isso, Žižek indica que na perspectiva em que se insere a Análise do Discurso "A ideologia é uma comunicação sistematicamente distorcida: um texto em que, sob a influência de interesses sociais inconfessos (de dominação etc), uma lacuna separa seu sentido 'oficial' e sua verdadeira intenção [...]" (ŽIŽEK, 1996a, p. 16).

As considerações de Žižek sobre a Análise do Discurso e sobre a tradição do esclarecimento defendida por pensadores como Habermas atribui um lugar importante à Análise do Discurso dentro da crítica da ideologia. Ao apontar para a relação entre ideologia e texto no que se refere à Análise do Discurso, Žižek roça em um elemento que, em nossa leitura, é essencial na teorização de Pêcheux sobre a ideologia no ano de 1975: a ideologia é um mecanismo de criação de evidências (do sujeito e do sentido) na materialidade da língua. As elaborações de Žižek sobre a Análise do Discurso em sua relação com a tradição do esclarecimento parecem, portanto, consonantes com nossas elaborações acerca da ideologia em Pêcheux no ano de 1975.

3.2 IDENTIFICAÇÃO IMAGINÁRIA E IDENTIFICAÇÃO SIMBÓLICA: A CRÍTICA DE ŽIŽEK ÀS TEORIAS DA IDEOLOGIA DERIVADAS DA INTERPELAÇÃO ALTHUSSERIANA

Passemos agora às considerações de Žižek sobre as teorias da ideologia derivadas da interpelação althusseriana, considerações que nos permitirão avançar em nosso propósito de

traçar um contraponto entre as elaborações de Pêcheux e Žižek no que se refere ao conceito de ideologia. Para abordar tais considerações, é importante retomar, primeiramente, a diferença entre duas vertentes da identificação assim como trabalhadas pelo autor: a identificação imaginária e identificação simbólica, ambas abordadas por Žižek em estreita relação com o campo do Outro, campo que, na visada lacaniana, é tomado “como 'lugar do significante'” (LACAN, 1999, p. 123).

Primeiramente, ao tratar da identificação, Žižek não considera a identificação em termos de modelos a serem seguidos. Para o autor, “essa noção espontânea é duplamente enganadora. Para começar, a característica, o traço no outro mediante o qual nos identificamos com o outro, geralmente é oculto [...]” (ŽIŽEK, 1992, p. 104), podendo inclusive ser algum traço vil e desprezível.

Sobre a identificação imaginária e a identificação simbólica, Žižek indica que

[...] a identificação imaginária é a identificação com a imagem na qual nos parecemos passíveis de ser amados, representando essa imagem “o que gostaríamos de ser”, ao passo que a identificação simbólica se efetua em relação ao próprio lugar de onde somos observados, de onde nos olhamos de modo a parecermos amáveis a nós mesmos, merecedores de amor. (ŽIŽEK 1992, p. 104).

A identificação, na discussão feita por Žižek, está articulada a uma questão de ser amado: na identificação imaginária, trata-se da identificação com uma imagem “na qual parecemos passíveis de ser amados” (ŽIŽEK, 1992, p. 104), ao passo que a identificação simbólica se fundamenta na relação com um lugar, no campo do Outro, “de onde nos olhamos de modo a parecermos amáveis a nós mesmos, merecedores de amor” (ŽIŽEK, 1992, p. 104). A maneira como nos vemos corresponde, assim, à identificação imaginária; e o ponto, no Outro, de onde somos vistos designa a identificação simbólica. Conforme Žižek, no nível imaginário, ocorre a imitação no nível da semelhança, ou seja, buscamos “ser como ele”; ao passo que no nível da identificação simbólica “identificamo-nos com o outro precisamente no ponto em que ele é inimitável, no ponto que escapa à semelhança” (ŽIŽEK, 1992, p. 108).

Cabe também destacar que, de acordo com Žižek, a identificação imaginária “é sempre uma identificação *para um certo olhar do Outro*” (ŽIŽEK, 1992, p. 105). De acordo com as

elaborações de Žižek,

[..] o fato que não deve ser negligenciado nessa distinção [entre identificação simbólica e imaginária] é que $i(a)$ [identificação imaginária] já está sempre subordinado ao I (A) [identificação simbólica] (o ponto de onde somos observados) que domina e determina a imagem, a forma imaginária em que parecemos dignos de amor a nós mesmos. (ŽIŽEK, 1992, p. 107)

Portanto, a identificação, seja em sua vertente imaginária, seja em sua vertente simbólica, está necessariamente referida ao campo do Outro, pois a identificação imaginária está sempre já subordinada à identificação simbólica. É nesse sentido que poderíamos dizer que o campo do Outro é o suporte da identificação¹⁰.

Da discussão feita por Žižek acerca da diferença entre identificação imaginária e identificação simbólica, gostaríamos de apontar, junto a Žižek, que tal diferença corresponde à diferença entre os registros do imaginário e do simbólico postulados por Lacan. Se o registro do simbólico refere-se ao campo do Outro, “lugar do significante” (cf. LACAN, 1999, p. 123), o registro do imaginário articula-se, nas palavras de Žižek, à “maneira radical de desconhecer sua dependência radical do grande Outro, da ordem simbólica como sua causa descentrada” (ŽIŽEK, 1992, p. 103). Nesse sentido, a imagem de si, imagem a partir da qual parecemos dignos de amor, o eixo da identificação imaginária, não é senão uma forma de desconhecimento da constituição do sujeito pela ordem simbólica.

Certamente, tal discussão mereceria um tratamento mais detido e cuidadoso. De qualquer maneira, gostaríamos de sugerir, amparados nas elaborações de Žižek (1992), uma aproximação entre a dupla quadratura da identificação (simbólica e imaginária) e as elaborações de Michel Pêcheux sobre a ideologia no ano de 1975. Nesse sentido, é digno de nota que Pêcheux, em *Semântica e Discurso*, refira-se à interpelação ideológica fazendo uso da expressão “processo de identificação-interpelação” (cf. PÊCHEUX, 1998). Devemos lembrar que, na visada althusseriana que marcou a produção de Pêcheux no ano de 1975, a interpelação é marcada por um paradoxo, na medida em que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, isto é, constitui o sujeito, determina-o, mas esse processo não é visto como tal pelo

10 Entretanto, caberia aqui apenas indicar, sem que nos aprofundemos nesse ponto, que há, no âmbito da teoria psicanalítica de orientação lacaniana, uma distinção entre grande Outro (correspondente ao registro do simbólico) e o pequeno outro (correspondente ao registro do imaginário).

sujeito: o efeito paradoxal da interpelação é o seu apagamento, e o efeito de evidência do sujeito de que fala Althusser não é senão a ilusão imaginária da autonomia, de que o sujeito é dono de seu fazer e seu dizer.

Em 1975, Pêcheux, que, como indicamos a partir da visada de Žižek, dá um toque linguístico à interpelação althusseriana, aborda os efeitos da interpelação na materialidade linguística. Interpelação que é, na perspectiva de Pêcheux, exercida no âmbito de uma formação discursiva. Porém, a despeito disso, da produção dos efeitos de sentido numa formação discursiva, a despeito do “caráter material do sentido” (cf. PÊCHEUX, 1988), há – como efeito do próprio processo de interpelação-identificação – o efeito imaginário da evidência do sentido.

Ora, não podemos identificar aqui o desenho de um jogo que se resolve nas coordenadas dos registros do simbólico e do imaginário? A despeito do caráter material do sentido, sentido que é produzido em nível das relações entre significantes no âmbito de uma formação discursiva (cf. Pêcheux, 1975), advém a ilusão (imaginária) do sentido evidente (supostamente inculcado à letra e à “realidade”) e do sujeito como dono do seu dizer, e que resgataria, com sua “consciência”, os sentidos inerentes ao mundo.

Entretanto, se a teorização de Pêcheux sobre a ideologia em 1975 se sustenta numa referência aos registros do simbólico e do imaginário, qual seria a contribuição de Žižek ao postular que a ideologia se estrutura como fantasia social? Referindo-se ao grafo do desejo elaborado por Lacan, Žižek argumenta que

Dessa maneira, poderíamos considerar que o nível superior (segundo) do gráfico designa a dimensão “além da interpelação”: a impossível “quadratura do círculo” da identificação simbólica e/ou imaginária jamais consiste na ausência de um resto qualquer, há sempre um dejetivo que dá margem ao desejo e torna o Outro (a ordem simbólica) inconsistente, sendo a fantasia uma tentativa de ultrapassar, de mascarar essa inconsistência, esse furo no Outro. Agora, podemos finalmente retornar à problemática da ideologia: na teoria da ideologia, a deficiência crucial das tentativas derivadas da teoria althusseriana da interpelação foi que elas se limitaram ao nível inferior, ao quadrado inferior do gráfico do desejo de Lacan, isto é, visaram a apreender a eficácia de uma ideologia exclusivamente pelos mecanismos da identificação imaginária e da identificação simbólica. Ora, além da interpelação, existe o quadrado do desejo da fantasia, da falta do Outro e da pulsão que vibra em torno de um insustentável mais-gozar. (ŽIŽEK, 1992,

p. 121)

Fundamental para os propósitos de nossa pesquisa é a indicação de Žižek de que, para além da identificação imaginária e da identificação simbólica, eixos aos quais se limitaram as teorias da ideologia inspiradas pela interpelação althusseriana, há que se considerar o mecanismo da fantasia, “da falta no outro e da pulsão que vibra em torno de um insustentável mais-gozar” (ŽIŽEK, 1992, p. 121). Eis, em nossa leitura, uma contribuição essencial de Žižek para a teoria da ideologia, contribuição amparada na psicanálise de orientação lacaniana: para além do simbólico e do imaginário, há real, sendo esse registro o esteio fundamental da ideologia, na medida em que a fantasia ideológica é, antes de tudo, uma resposta a um vazio de ordem real no campo do Outro. Portanto, o Outro, lugar de sustentação da identificação imaginária e da identificação simbólica, é atravessado por uma inconsistência real.

Como vimos, para Althusser, a ideologia, por meio de seu efeito de evidenciação, interpela os indivíduos em sujeitos. Ao interpelar, a ideologia “age” “criando” a evidência de um sujeito, de um sentido ou de como as coisas são ou devem ser feitas. Porém, antes de seguirmos adiante, devemos nos perguntar aqui: afinal, como é que os aparelhos ideológicos de estado produzem efeitos de crença? Como, afinal, é possível um efeito de evidência no discurso? Uma breve incursão nessa questão permitirá uma visão diferenciada do mecanismo ideológico tal como proposto por Žižek. Quanto a essa questão, para Žižek,

A resposta a isso, como vimos, é que essa “máquina” externa dos Aparelhos de Estado só exerce sua força na medida em que é vivenciada, na economia inconsciente do sujeito, como uma injunção traumática e sem sentido. Althusser fala apenas do processo de interpelação ideológica mediante o qual a máquina simbólica da ideologia é “internalizada”, na experiência ideológica do Sentido e da Verdade: mas podemos aprender com Pascal que essa “internalização”, por uma necessidade estrutural, nunca tem pleno sucesso, que há sempre um resíduo, um resto, uma mancha de irracionalidade e absurdo traumáticos que se agarra a ela, e que *esse resto, longe de prejudicar a plena submissão do sujeito à ordem ideológica, é a própria condição dela*: é precisamente esse excedente não integrado de trauma sem sentido que confere à Lei sua autoridade incondicional; em outras palavras, é ele que – na medida em que escapa ao sentido ideológico – sustenta o que poderíamos chamar de *jouis-sens* ideológico, o gozo-no-sentido do (*enjoy-meant*) que é próprio da ideologia. (ŽIŽEK, 1996b, p. 321 - itálicos do autor)

Žižek, portanto, diferente de Althusser, aborda o processo de interpelação ideológica não a

partir da perspectiva de uma internalização direta, mas a partir do que resta dessa internalização, a partir da relação que a linguagem mantém com um gozo da ordem do real. E *“esse resto, longe de prejudicar a plena submissão do sujeito à ordem ideológica, é a própria condição dela* (Žižek, 1996b, p. 321 – itálicos do autor). Neste sentido, para Žižek, a deficiência da teoria sobre a interpelação ideológica de Althusser está no fato de este buscar apreender a eficácia da ideologia apenas nos mecanismos de identificação simbólica e imaginária sem levar em conta o que resta desse processo. E esse resto real é, como indicamos, o esteio fundamental da ideologia. Eis um elemento fundamental da contribuição de Žižek à crítica da ideologia, e que está em nítido contraste com a teorização de Michel Pêcheux sobre a ideologia em 1975.

A crítica de Žižek a Althusser se refere ao fato de que este toma o mecanismo ideológico apenas enquanto mecanismo voltado para uma interpelação que ocorreria sem falhas. Ora, conforme Žižek, para além da identificação simbólica e imaginária há de se considerar o quadro da fantasia, que aponta para uma falta fundamental que se constitui no espaço do Outro e que dá margem para um resto que insiste em se fazer ouvir ao final do processo de interpelação.

3.3 UMA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO DE ŽIŽEK PARA O CAMPO DA ANÁLISE DO DISCURSO

A partir do que já dissemos, como pensar uma contribuição de Žižek para a Análise do Discurso tal como delineada por Pêcheux? Sabemos que Pêcheux, amparado na reflexão de Althusser, aborda a ideologia a partir da produção de evidências que ocorrem na materialidade da língua. No âmbito da Análise do Discurso forjada por Pêcheux em 1975, a relação entre ideologia e linguagem, portanto, pode ser vista levando-se em conta o fato de que a língua corresponde ao lugar de produção de evidências de sentido. A língua, portanto, inserida em relações sociais específicas, oferece as coordenadas materiais para os efeitos de evidência engendrados pela interpelação ideológica. Tomada como um fundo invariante (cf. PÊCHEUX,

1997), como base comum para processos discursivos diferenciados (cf. PÊCHEUX, 1988), a língua é vista por Pêcheux, em sua teorização de 1975¹¹, como lugar material em que despontam os efeitos de evidência engendrados pela interpelação ideológica. A esse respeito, vale lembrar que a noção de processo discursivo põe em cena justamente os elementos externos à língua que estão na origem dos efeitos de sentido que se constituem no âmbito de uma formação discursiva, ainda que se estabeleçam sobre uma mesma base linguística.

É importante retomar aqui o quadro epistemológico da Análise do Discurso elaborado por Pêcheux e Fuchs (1997). Como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, esse quadro epistemológico é composto por três regiões do conhecimento científico – o Materialismo Histórico, a Linguística e a Teoria do Discurso –, regiões que seriam atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Discutimos anteriormente o sentido desse atravessamento do campo por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, e indicamos que tal atravessamento se constitui, para Pêcheux, como um recurso para demonstrar que a ideologia (assim como o inconsciente) exerce seus efeitos dissimulando seu funcionamento e criando a ilusão de que o sujeito é dono do seu dizer.

Interessa destacar agora que a referência fundamental de Michel Pêcheux em 1975, no que se refere à língua, não é senão o campo da Linguística, de acordo com o próprio quadro epistemológico forjado por Pêcheux e Fuchs (1997). É tendo a Linguística como referência que Michel Pêcheux aborda a língua como base comum de processos discursivos diferenciados (cf. PÊCHEUX, 1988), base que é regida por leis de ordem fonológica, morfológica e sintática. No que se refere às elaborações de Žižek sobre a ideologia como fantasia, a referência fundamental é a psicanálise lacaniana. Pode-se extrair das elaborações de Žižek uma noção de linguagem que coloca em cena o fato de que a linguagem não opera senão engendrando um resto real, esteio essencial da ideologia. Se para Michel Pêcheux a língua é uma base material – fonológica, morfológica, sintática – na qual a ideologia exerce seus efeitos de evidência, pode-se dizer que a noção de linguagem que dá sustentação às elaborações de Žižek coloca em cena um certo fracasso da linguagem, ou melhor, uma forma de se entender a linguagem que a considera um mecanismo falho no processo de

11 No primeiro capítulo dessa dissertação, discutimos a relação existente entre a língua na teorização de Pêcheux em *Análise Automática do Discurso*, momento em que ela é tomada como 'fundo invariante', e a língua na teorização de Pêcheux em *Semântica e Discurso*, momento em que ela é tomada como base comum de processos discursivos diferenciados.

simbolização. Eis, a nosso ver, uma possível contribuição das elaborações de Žižek sobre a ideologia para o campo da Análise do Discurso: apontar para certo fracasso da linguagem, que está nos fundamentos da operação da ideologia.

Quando Žižek fala de ideologia, pressupomos, portanto, que o autor trabalha com uma noção de linguagem que vem de Jacques Lacan, que pensa a linguagem como constitutiva do inconsciente. A psicanálise comparece de forma diferenciada na teorização de Žižek acerca da ideologia. Em Žižek, ela está nos fundamentos da teorização sobre a ideologia, ao passo que, para Pêcheux em 1975, a Psicanálise comparece apenas de forma a esclarecer a ilusão subjetiva, como indicamos¹². Para Lacan (1998) o inconsciente está estruturado como linguagem, ou seja, é possível encontrar os mesmos princípios sintáticos de metáfora e da metonímia regendo seu funcionamento. Sendo assim, as formações do inconsciente são formações de linguagem: atos falhos, sonhos, chistes são “gerados” na cadeia significante, independentemente da instância da consciência. Quando a isso, Gasparini informa que

[...] as manifestações nomeadas por Lacan ([1957-1958] 1999) de “formações do inconsciente” são formações de linguagem: os sonhos, os lapsos, os atos falhos, os sintomas e os chistes colocam em cena a estrutura da cadeia significante, o funcionamento do significante na metáfora e na metonímia, que exerce seus efeitos à revelia da consciência.” (GASPARINI, 2011, p. 54 – 55)

Na gramática, basicamente, a diferença entre a metáfora e a metonímia é a relação entre as palavras usadas para descrevê-las. Na metonímia preserva-se algum grau de relação entre as palavras expressas num dado enunciado, ao passo que na metáfora essa relação é suposta por um autor. Lacan, entretanto, faz outro uso desses conceitos, pensando-os como eixos do funcionamento do significante. Para Lacan (1998), na metonímia, a combinação de significantes se dá sem acréscimo de sentidos e investe uma falta no objeto proveniente da própria significação. Na metáfora há um ganho de significação, porém sem ganho de significante; o ganho de significação se dá na “substituição do significante pelo significante que se produz um efeito de significação que é de poesia ou criação, ou, em outras palavras, do advento da significação em questão” (LACAN, 1998, p. 519).

No seminário sobre os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise, Lacan (1985) descreve o

12 Conferir, a esse respeito, a teorização de Nina Leite em *Psicanálise e Análise do Discurso*.

inconsciente por meio de sua estrutura de hiância, isto é, estabelece “no núcleo da estrutura do inconsciente a hiância causal” (LACAN, 1985, p. 49). Segundo Lacan, o inconsciente [...] se situa nesse ponto em que, entre a causa e o que ele afeta, há sempre claudicação” (LACAN, 1985, p. 27).

Por isso, a linguagem, em Lacan, não deve ser entendida no seu sentido mais comum, isto é, no qual haveria um paralelismo entre significante e significado, mas exatamente como lugar em que o funcionamento do significante – que se dá à revelia da consciência – é que engendra a significação. Porém, esse engendramento da significação a partir do funcionamento do significante no eixo metafórico e metonímico não se dá senão produzindo um resto real.

Nesse contexto, a ideologia entendida como fantasia serve como uma resposta a esse resto que sobra na operação da linguagem. Se por um lado a linguagem em sua relação com a ideologia pode ser vista na Análise do Discurso como a base linguística de que fala Pêcheux em 1975, na abordagem proposta por Žižek tal relação é vista pelo viés da fantasia, que designa uma falta fundamental que habita o coração da linguagem. A esse respeito, acreditamos que um elemento fundamental no que se refere a uma possível contribuição de Žižek para o campo da Análise do Discurso refere-se à noção diferenciada de linguagem com a qual trabalha o autor, noção que é proveniente da psicanálise e que determinará uma forma igualmente diferenciada de teorizar sobre a ideologia.

3.4 ELEMENTOS DA TEORIZAÇÃO DE MICHEL PÊCHEUX APÓS 1975

Nesta dissertação, buscamos identificar os elementos que nos permitiriam vislumbrar a teorização de Michel Pêcheux sobre a ideologia no ano de 1975, de forma a traçar um contraponto com as elaborações de Slavoj Žižek acerca da ideologia como fantasia social. Conforme indicamos anteriormente, escolhemos o ano de 1975 porque tal ano corresponde ao momento da trajetória de Michel Pêcheux em que o autor se debruça de forma mais detida e cuidadosa sobre o conceito de ideologia. É também digno de nota o fato de que uma parcela

significativa da produção teórica e da prática de análise que é feita no âmbito da Análise do Discurso de fundamentação pècheutiana está marcada pela teorização de Michel Pêcheux acerca da ideologia no ano de 1975¹³.

O percurso realizado até aqui indica que as elaborações de Michel Pêcheux acerca da ideologia no ano de 1975 encontram-se fortemente marcadas pela teorização de Louis Althusser em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, na qual a ideologia é abordada como mecanismo a-histórico de produção de efeitos de evidência. Temos, portanto, na teorização de Michel Pêcheux acerca da ideologia em 1975 a presença, de um lado, da interpelação althusseriana, que é abordada por Pêcheux em nível de seus efeitos na materialidade linguística. Ademais, temos também a presença da língua assim como teorizada no campo da linguística. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que o nível do discurso corresponde ao nível em que a materialidade da língua se encontra com os efeitos ideológicos criadores de evidências.

Por sua vez, nossa discussão sobre as elaborações de Žižek acerca da ideologia entendida como fantasia social indicam a presença de uma noção de linguagem que é proveniente da psicanálise lacaniana. A Psicanálise, nesse sentido, está no fundamento das elaborações de Žižek sobre a ideologia, enquanto que, para Pêcheux no ano de 75, a Psicanálise comparece a título de um esclarecimento acerca da forma como a ideologia funciona, isto é, dissimulando os seus efeitos aos olhos do sujeito (a questão da ilusão subjetiva).

Entretanto, não poderíamos deixar de dizer que, após 1975, a teorização de Michel Pêcheux sofre alterações essenciais, nas quais pode-se notar uma presença diferenciada da teoria psicanalítica. Embora o nosso propósito nessa dissertação seja o de abordar a produção de Michel Pêcheux sobre a ideologia em 1975, e traçar um contraponto com as elaborações de Žižek sobre a ideologia como fantasia, no decorrer de nossa investigação constatou-se a necessidade de abordar elementos da teorização de Pêcheux após 1975, de forma que fosse possível trazer outros elementos importantes para o contraponto Pêcheux (no ano 1975) – Žižek, e para avaliar possíveis contribuições da teorização de Slavoj Žižek sobre a ideologia como fantasia para a Análise do Discurso.

13 A esse respeito, vale fazer menção a alguns trabalhos de Eni Orlandi (1998, 1999), nos quais pode-se perceber a presença do conceito de ideologia com o qual Pêcheux trabalha no ano de 1975.

Abordaremos, portanto, dois outros textos de Michel Pêcheux, quais sejam, *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, escrito por Pêcheux em 1978, e *A Língua Inatingível – o discurso na história da linguística*, publicado junto a Françoise Gadet em 1981. Selecionamos estes textos na medida em que eles trazem concepções de língua e de ideologia que, contrastando com a produção de 1975, trazem a psicanálise de forma diferenciada, isto é, para além de um recurso para uma compreensão da ilusão subjetiva. Em relação à retificação escrita em 1978, nos deteremos nas considerações de Pêcheux sobre a ideologia, ao passo que em nossas considerações a respeito de *A Língua Inatingível* focaremos nossa atenção nas considerações dos autores sobre *lalangue*, ponto em que há língua e há inconsciente.

3.4.1 A RETIFICAÇÃO DE PÊCHEUX DE 1978

O texto *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação* foi incluído como anexo na edição brasileira de *Semântica e Discurso*, de 1975. Nesse texto, Pêcheux discutirá o funcionamento da ideologia, porém de forma diferenciada em relação à sua teorização de 1975 e à interpelação althusseriana. Deve-se destacar que, na perspectiva delineada por Althusser em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, a constituição do sujeito como uma evidência ideológica se realiza sem que se produza nenhum resto. A ideologia, nesse sentido, exerce uma espécie de “perfeito domínio” (ALTHUSSER, 1998, p. 58) sobre o indivíduo interpelado. Pode-se dizer que o que está em jogo nas elaborações althusserianas acerca da ideologia é a perspectiva de um mecanismo de assujeitamento perfeito, sem falhas.

O texto de 1978 propõe-se a retificar alguns elementos da teorização feita em *Semântica e Discurso*. Em 75, como vimos, a ideologia, a partir da perspectiva althusseriana, comparece como um mecanismo produtor de evidências, mecanismo que exerce seus efeitos sem falhas. O que Pêcheux procura retificar em relação ao texto de 75? A retificação feita por Pêcheux refere-se à indicação de que, em *Semântica e Discurso*, algo estaria falhando na referência

feita a alguns dos conceitos provenientes da Psicanálise. Para Pêcheux, “tudo se passa, em *Les Vérités de La Palice*, como se o que foi dito do *sujeito* se confundisse tendencialmente com o o que foi posto relativamente ao *ego* como 'forma-sujeito da ideologia jurídica' [...]” (PÊCHEUX, 1988a, p. 299 – itálicos do autor). O que estaria falhando, portanto, estaria na relação entre o *ego* e o *sujeito*. Em última instância, Pêcheux indica que a interpelação ideológica não exerce, como postulava Althusser, um domínio perfeito. Acreditamos que Pêcheux dá destaque, em 1978, ao aspecto falho da interpelação, colocando em cena um elemento novo em relação a *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Como indica Pêcheux, “a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que não há falhas é algo que falha em *Les Vérités de La Palice*”, diz Pêcheux (1988a, p. 300). Segundo Pêcheux,

Aprender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (e o mínimo que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político...). (PÊCHEUX, 1988a, p. 300-301 - itálico do autor)

A indicação de que um ritual ideológico se estilhaça no lapso marca uma diferença fundamental com a teorização de Pêcheux no ano de 75. É possível afirmar, portanto, que em 1978 Pêcheux volta sua atenção para as implicações que o campo da Psicanálise traz para a Análise do Discurso. Há, portanto, na retificação, um questionamento à noção de interpelação ideológica sem restos, questionamento ancorado nas considerações sobre as formações do inconsciente (lapso, chiste) cujos efeitos podem fazer ruir a interpelação ideológica. Em relação a essa ponto, cito aqui Gasparini, que em sua discussão sobre a retificação feita por Pêcheux em 1978 declara que

A afirmação de Pêcheux de que um ritual ideológico pode se estilhaçar no lapso coloca em cena um deslocamento fundamental, pois indica que o lapso faz ruptura com os efeitos de evidência engendrados pela interpelação ideológica. Coloca-se em destaque aqui uma espécie de inconsistência da interpelação, o fato de que não existe ritual ideológico sem falha. A que distância de *Aparelhos Ideológicos de Estado* se encontra Pêcheux [...] (GASPARINI, 2014, p. 234 – itálicos do autor)

Segundo Gasparini (2014), portanto, as elaborações de Pêcheux na retificação de 1978 promovem um deslocamento importante em relação à teorização de Althusser em *Aparelhos*

Ideológicos de Estado. Entretanto, é também digno de nota que, após 1978, Pêcheux não discuta de forma detida – como o faz em 1975 – o conceito de ideologia. Nesse ponto de nossa pesquisa, cabe destacar novamente que uma parcela significativa da produção teórica e da prática de análise que é feita a partir das elaborações de Michel Pêcheux não leva em consideração o aspecto falho da interpelação apontado pelo autor na retificação de 1978, falha que se articula ao ato falho, ao lapso, às formações do inconsciente. O que estamos destacando aqui é que a retificação efetuada por Pêcheux é, em certa medida, ignorada por uma parcela não desprezível dos analistas de discurso pècheuxtianos. Afirmamos mais uma vez que, em nossa leitura, é a perspectiva da ideologia como mecanismo que produz evidências na materialidade da língua – isto é, a visada althusseriana retomada por Pêcheux – que prevalece numa importante parcela da produção teórica e da prática de análise no âmbito da Análise do Discurso de orientação pècheuxtiana.

Para que continuemos discutindo a retificação feita por Pêcheux em 1978, gostaríamos de trazer alguns outros elementos da argumentação de Gasparini (2014), que toma como objeto de reflexão a retificação de Pêcheux em 78. Segundo Gasparini, embora a reflexão de Pêcheux na retificação seja fundamental, e aponte para uma aproximação inédita com a teoria psicanalítica, a reflexão de Pêcheux não deixa de ser marcada por uma ambiguidade. Ao mesmo tempo em que aponta para uma inconsistência da interpelação em função do ato falho e do lapso, trazendo a Psicanálise como uma referência fundamental, Pêcheux continua fortemente embasado na perspectiva da luta de classes assim como delineada no âmbito do materialismo histórico. Segundo Gasparini, tanto em *Semântica e Discurso* quanto na retificação de 78 Pêcheux aborda a luta de classes como um processo contraditório de *reprodução-transformação* das relações de produção existentes. É nesse sentido que Gasparini (2014) lança a seguinte pergunta: “Se por um lado as considerações acerca da inconsistência da ideologia no texto de 1978 são fundamentais, teria Pêcheux deixado de levar às últimas consequências a potência do lapso em estilhaçar o ritual ideológico?” (GASPARINI, 2014, p. 242)

É importante lembrar, como indicamos no segundo capítulo dessa dissertação, que Žižek também tem como referência o conceito de luta de classes. Entretanto, nossa discussão sobre a luta de classes assim como comparece na teorização de Žižek aponta para uma forma

diferenciada de conceber o conceito: segundo Žižek, a luta de classes é da ordem do real, real no sentido lacaniano, isto é, como impossível (cf. ŽIŽEK, 1992, 1996a). Como vimos, Žižek indica que uma formação social é atravessada por um antagonismo radical, não simbolizável, não se configurando portanto como um todo harmonioso. Esse antagonismo impossível tem na expressão marxista “luta de classes” um de seus nomes, e aponta para a inexistência de uma relação harmônica entre os diferentes segmentos da sociedade. A esse respeito, vale lembrar que a fantasia ideológica pode ser entendida como uma forma de lidar com esse resto não simbolizável, fazendo uma promessa de gozo. Por contraste, a referência de Pêcheux na retificação de 1978 é a luta de classes assim como concebida no âmbito do materialismo histórico, isto é, como reprodução/transformação das relações de produção numa formação social.

O que estamos querendo indicar junto a Gasparini (2014) é que, em sua retificação de 1978, Pêcheux, a despeito da aproximação com a psicanálise e da indicação do aspecto falho da interpelação, continua ainda fortemente fundamentado na perspectiva marxista da luta de classes. Esse ponto não deixa de ter relevância para nossa pesquisa, que se propôs a traçar um contraponto entre as elaborações de Pêcheux sobre a ideologia em 1975 e as elaborações de Žižek acerca da ideologia como fantasia social. A despeito de alterações importantes na teorização de Pêcheux após 1975, nas quais vê-se uma aproximação notável com a teoria psicanalítica, algo permanece: a referência ao materialismo histórico. Acreditamos que a referência ao materialismo histórico, que marca as elaborações de Pêcheux sobre a ideologia no ano de 1975 (e que, em nossa leitura, permanece na retificação de 1978) é um elemento fundamental no contraponto que pretendemos traçar entre Pêcheux/75 e Slavoj Žižek.

3.4.2 – O RECURSO A *LALANGUE* NO PERCURSO TEÓRICO DE MICHEL PÊCHEUX

Em a *Língua Inatingível – o discurso na história da linguística*, Pêcheux e Gadet se apropriam do termo lacaniano *lalangue*, forjado por Jacques Lacan como efeito de um lapso, para dar conta das injunções do inconsciente no real da língua. Trata-se de uma tentativa de

abordar a língua enquanto *real*, enquanto *algo impossível*, e não como sistema regido por leis fonológicas, morfológicas e sintáticas, sendo o real da língua, para Pêcheux e Gadet (2004), o impossível que lhe é próprio. Nota-se um forte contraste entre as elaborações de Pêcheux e Gadet (2004) acerca de *lalangue* e aquelas tecidas até o ano de 1975, momento inicial da trajetória de Pêcheux em que este toma como referência a língua assim como trabalhada no âmbito da Linguística ¹⁴.

Vale a pena acompanhar um pouco mais a reflexão feita por Pêcheux e Gadet (2004). Numa passagem de *A língua inatingível – o discurso na história da Linguística*, os autores informam que o real da língua

[...] não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do *Witz* e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo. O não-idêntico que aí se manifesta pressupõe a *lalangue*, enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas; a repetição do significante na *alíngua*¹⁵ não coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos. (PÊCHEUX; GADET, 2004, p. 55 – itálicos dos autores)

A nos guiarmos pela reflexão dos autores, podemos afirmar aquilo que uma abordagem hermenêutica, preocupada em determinar apenas os sentidos de um texto, rejeita: o irrepresentável da língua, é um elemento central na Análise do Discurso delineada por Pêcheux. Por contraste, o impossível que é próprio à língua é o que está na base de uma consideração sobre *lalangue*. Isso que fica excluído, o fato de que um segmento pode ser tanto ele como um outro ao mesmo tempo, é exatamente o que *lalangue* pretende abordar.

Apoiando-nos nas elaborações de Pêcheux e Gadet (2004), pode-se dizer que *lalangue* corresponde, portanto, ao real da língua que se manifesta por meio dos lapsos, dos chistes e

14 A esse respeito, o trabalho de Gasparini (2011) faz uma discussão sobre a forma como a língua é abordada por Pêcheux ao longo de seu percurso teórico. Conforme Gasparini, Pêcheux vê a língua num primeiro momento como uma sistematicidade regida por leis fonológicas, morfológicas e sintáticas. Num momento posterior, Pêcheux aborda a língua fazendo um recurso a um elemento da teoria psicanalítica, *lalangue*, o ponto em que há língua e há inconsciente.

15 *Alíngua* é uma tradução possível para *lalangue*.

que aponta exatamente para o ponto em que a língua atinge o inconsciente, o ponto em que a língua perde seu estatuto de “língua lógica” – como indicado por Pêcheux na citação acima – e aproxima-se do equívoco, da falha ¹⁶.

Como indicamos, até o ano de 1975, a língua é considerada por Pêcheux como um “fundo invariante” (PÊCHEUX, 1997, p. 75), como “*base comum para processos discursivos diferenciados*” (PÊCHEUX, 1988, p. 91 – itálicos do autor), momento da teorização de Pêcheux que atesta uma relação de proximidade com a Linguística. Por contraste, as elaborações de Pêcheux e Gadet (2004) sobre *lalangue* indicam uma aproximação com a teoria psicanalítica, que fundamenta a forma como os autores abordam a materialidade linguística, qual seja, colocando em destaque o que, nessa materialidade, aponta para o equívoco, para as falhas atestadas pela existência do lapso e do chiste.

Nesse ponto de nosso trabalho, pode ser relevante apontar mais uma vez para um contraste essencial no que diz respeito ao percurso teórico do autor. Num primeiro momento da produção teórica de Michel Pêcheux, a formação discursiva se configurava como o lugar de constituição dos sentidos, sendo caracterizada por processos discursivos específicos, e sendo também a língua tomada como um fundo invariante, base material onde os sentidos despontavam como evidentes, isto é, com o apagamento de seu “caráter material” (cf. PÊCHEUX, 1988). Posteriormente, a noção de discurso é confrontada com aquilo que na língua aponta para o inconsciente, para os efeitos de *non-sens* que regem seu funcionamento, para aquilo que falha. A esse respeito, não é sem relevância indicar que, como vimos anteriormente, Pêcheux percebe que o processo ideológico não pode ser considerado apenas nas bases de um perfeito domínio da ideologia, uma vez que, como foi indicado pelo autor, os lapsos têm a potência de estilhaçar os rituais ideológicos. Como afirma Pêcheux, “Aprender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 1988, p. 300-301 – itálico do autor). O que estamos querendo colocar em destaque é que, no momento do percurso de Michel Pêcheux sobre o qual estamos

16 A modalidade do impossível aponta, portanto, para uma falta incontornável do registro do real. Nesse sentido, vale a pena retornar à argumentação de Lacan (1985) sobre a modalidade do impossível na relação sexual. Para o psicanalista, “não há, dentro do dizer, existência da relação sexual” (1985, p. 198), uma vez que esse acontecimento não cessa de não se escrever, presentificando uma falta impossível de simbolizar. Certamente no nível da realidade factual, sim, há relação sexual, mas seu caráter de acontecimento, porém, não garante uma existência no universo simbólico, cuja significação fica sempre por dar.

nos debruçando agora – isto é, posteriormente a 1975 –, a referência a algo da ordem da falha é essencial tanto para uma discussão sobre a ideologia quanto para uma reflexão sobre a língua.

Nessa discussão sobre o contraste mencionado no parágrafo anterior, interessa destacar também que no texto *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, produzido posteriormente a 1975¹⁷, Pêcheux indica que a noção de formação discursiva elaborada num primeiro momento de seu pensamento deu lugar à ideia de “uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição” (PÊCHEUX, 1997a, p. 56). Para o autor, entretanto, essa noção de formação discursiva poderia levar a certo apagamento da dimensão de acontecimento do discurso. Num movimento de autocrítica, Pêcheux vê, portanto, que inscrever o discurso numa série corre o risco de apagar a noção de acontecimento, que seria absorvido na estrutura da série, “na medida em que esta tende a funcionar como transcendental histórico, grade de leitura ou memória antecipadora do discurso em questão” (PÊCHEUX, 1997a, p. 56).

O ponto fundamental do contraste que estamos colocando em discussão aqui pode ser abordado a partir das considerações de Leite (1994). Conforme a autora indica, é possível identificar uma passagem da concepção de Outro completo, que não comporta lugar para o furo real, para um Outro esburacado, atravessado por um furo. Em sua discussão sobre o texto *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, Leite afirma que nesse texto

[...] se desmorona a possibilidade de estudo do discurso apenas como estrutura (o que já vinha construindo nos textos da última fase) e a indagação “estrutura ou acontecimento?” sugere um impasse ao qual oferecemos a seguinte leitura: o Outro é esburacado, a estrutura comporta um furo, o lugar do acontecimento. Isto nos conduz diretamente ao conceito de estrutura na especificidade com a qual se reveste na Psicanálise. Portanto, estrutura e acontecimento. (LEITE, 1994, p. 24)

Na “virada teórica” do percurso de Michel Pêcheux sobre a qual estamos nos debruçando agora, o conceito de *lalangue* enquanto registro que consagra a língua ao equívoco é essencial. Sobre essa questão, gostaria de tecer algumas considerações sobre a Linguística em

17 O texto foi apresentado na conferência *Marxismo e interpretação da cultura: limites fronteiras, restrições*, na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, em julho de 1983.

relação a *lalangue*, considerações que nos permitirão continuar em nossa discussão acerca do contraste entre momentos distintos do percurso de Pêcheux.

Vimos que para Pêcheux, a Linguística – ao buscar, a partir de Saussure, abordar a língua não enquanto função, mas enquanto funcionamento – abandona o problema da significação de um texto. Esse problema, no entanto, insiste em se fazer ouvir (cf. PÊCHEUX, 1997, p. 63). O dispositivo de análise automática do discurso elaborado por Pêcheux em 1969 corresponde a uma tentativa de abordar a questão do sentido que é excluída com a fundação da Linguística.

Posteriormente em sua trajetória teórica, entretanto, Pêcheux, afastando-se da noção de ideologia como interpelação que exerce seus efeitos na base material da língua (como sistematicidade fonológica, morfológica e sintática), criando evidências de sentido, percebe que existe um elemento excluído da Linguística que constitui um elemento chave, este elemento é exatamente *lalangue*, o real irrepresentável da língua, o impossível da língua, o fato apontado por Pêcheux de que um segmento pode ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro (cf. PÊCHEUX; GADET, 2004). No que se refere a essa discussão, importa trazer aqui a pergunta elaborada por Pêcheux e Gadet (2004), pergunta que consideramos fundamental: “O que [...] a linguística foraclui no interior de si mesma?” (PÊCHEUX; GADET, 2004, p. 19). A pergunta dos autores refere-se a algo que afeta o campo da Linguística, uma insistência no ensurdecimento. Os autores trazem outra pergunta que consideramos importante: o questionamento sobre a língua seria uma preocupação especializada, independente das contribuições da Psicanálise acerca do “homem como animal simbólico, ser falante” (PÊCHEUX; GADET, 2004, p. 20)? Segundo os autores,

Se as apropriações que a psicanálise acreditou poder se autorizar com relação a certos conceitos linguísticos fazem a linguística correr o risco de desaparecer como tal com o avanço da primeira, essa ameaça tem, entretanto, a vantagem de constituir em retorno um sintoma para os linguistas: na verdade, eles não podem mais recusar a idéia [*sic*] de que sua ciência organiza sua autonomia em troca de um certo número de ignorâncias e recalques. (PÊCHEUX; GADET, 2004, p. 20)

Uma questão que interessa destacar aqui é a insistência de Pêcheux e Gadet (2004) em afirmar que, no que se refere à língua, a teoria psicanalítica é uma contribuição decisiva. Para além dessa questão, importa também trazer aqui algumas referências feitas por Pêcheux e Gadet à

argumentação desenvolvida por Jean-Claude Milner em *O amor da língua*. Retomando as elaborações de Milner, Pêcheux e Gadet (2004) indicam que se por um lado, do ponto de vista da Linguística, é possível falar de uma univocidade da língua, de forma a garantir que um enunciado possa ser proferido e apreendido por um ouvinte, por outro lado, trabalhar com *lalangue* demanda considerar a própria não-identidade de uma língua consigo mesma, uma vez que o conceito de *lalangue* corresponde ao real do equívoco que habita a língua. Sendo assim, uma vez que a língua é habitada por uma fissura fundamental, de que forma é possível uma ciência da língua? A resposta a essa questão é um tanto quanto paradoxal: é no impossível da língua que a Linguística como ciência se sustenta. Pois é sustentando-se no real da língua – sustentação que, paradoxalmente, domestica esse real – que uma ciência pode abordar a língua como um objeto calculável. Há, portanto, uma obliteração na Linguística, pois esta, para constituir-se como ciência, demanda o todo, a completude, e deixa de fora *lalangue*, isto é, o não-todo próprio da língua que a consagra ao equívoco. Acreditamos, portanto, que o recurso a *lalangue* por Michel Pêcheux num momento posterior de seu percurso teórico aponta para um distanciamento em relação à Linguística – distanciamento que é correlativo a uma aproximação com a teoria psicanalítica de Jacques Lacan.

Para que possamos nos aprofundar em nossa discussão sobre o recurso a *lalangue* feito por Michel Pêcheux num momento posterior de sua trajetória teórica, gostaria de retomar algumas elaborações de Jacques Lacan sobre o ponto em que há língua e há inconsciente. Retomo o seguinte trecho da argumentação de Lacan desenvolvida no Seminário *Mais, ainda*:

Se eu disse que a linguagem é aquilo como o que o inconsciente é estruturado, é mesmo porque, a linguagem, de começo, ela não existe. A linguagem é o que se tenta saber concernentemente à função da alíngua” (LACAN, 1985, p. 189).

Entendemos da afirmação de Lacan que a linguagem não passa daquilo que a ciência da língua elabora para dar conta de *lalangue*, isto é, do equívoco próprio que habita a língua. Para Lacan (1985) *lalangue* designa uma coisa completamente diferente que comunicar. Segundo o psicanalista, essa afirmação pode ser comprovada pela experiência do inconsciente, que é fundamentalmente constituído por *lalangue*. A partir dessa reflexão, podemos nos perguntar: afinal, como seria possível abordar o inconsciente como efeito de *lalangue*? Quanto a isso Lacan faz a afirmação de que “o inconsciente é um saber, um saber-

fazer com alíngua” (LACAN, 1985, p.190). E acrescenta: “E o que se sabe fazer com alíngua ultrapassa de muito o de que podemos dar conta a título de linguagem” (p. 190). Em nossa leitura, o inconsciente, estruturado como linguagem, é um saber-fazer com *lalangue* porque os efeitos engendrados por *lalangue* ultrapassam um querer-fazer sustentado na consciência. Em seguida Lacan faz a importante afirmação de que “Se eu disse que a linguagem é aquilo como o que o inconsciente é estruturado, é mesmo porque, a linguagem, de começo, ela não existe. A linguagem é o que se tenta saber concernentemente à função da alíngua.”(LACAN, 1985, p. 189). É, por isso, afirma Lacan, que o inconsciente “só pode estruturar-se como uma linguagem, uma linguagem sempre hipotética com relação ao que a sustenta, isto é, alíngua” (LACAN, 1985, p. 190)

Sendo assim, o registro nomeado por Lacan como *lalangue* refere-se ao saber-fazer com *lalangue* que está para além daquilo que a fala é capaz de enunciar. É possível divisar a partir do que está sendo dito um contraste significativo no percurso teórico de Michel Pêcheux, contraste entre o real da língua e a língua tomada como fundo invariante, como base comum para processos discursivos diferenciados. *Lalangue* põe em cena uma perspectiva segundo a qual o registro do inconsciente afeta a língua de forma a articular “coisas que vão muito mais longe do que aquilo que o ser falante suporta de saber enunciado” (LACAN, 1985, p. 190), ao passo que aquilo que está em cena na perspectiva de fundo invariante, de base comum de processos discursivos diferenciados é a língua como objeto calculável, abordado no âmbito da ciência da língua.

Na seção anterior, detivemo-nos nas considerações tecidas por Michel Pêcheux no texto *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, texto que, como indicamos, apresenta uma diferença importante no tratamento da ideologia, se compararmos com as elaborações de Pêcheux sobre a ideologia no ano de 1975. Como vimos, na retificação de 1978 Pêcheux aborda o que há de falho no mecanismo da ideologia, falha referida ao lapso e ao chiste. Apesar do nítido contraste com as elaborações anteriores acerca da ideologia, a retificação de 1978 mantém-se firme em sua referência ao materialismo histórico no que se refere à forma de compreender a luta de classes. Indicamos, a esse respeito, e amparado nas elaborações de Gasparini (2014), uma certa ambiguidade no texto de 1978, ambiguidade que se mostra na medida em que Pêcheux aproxima-se da Psicanálise para

referir-se ao que pode falhar no mecanismo ideológico, mas mantém a referência à luta de classes assim como concebida no âmbito do materialismo histórico. E a argumentação de Žižek (1996a; 1996b) aponta para a possibilidade de uma leitura da luta de classes a partir da teoria psicanalítica, leitura em que se privilegia o que há de real – no sentido de impossível – na luta de classes.

Essa retomada de nossa discussão na seção anterior justifica-se na medida em que nos permite formular a seguinte questão: seria o recurso a *lalangue* feito por Michel Pêcheux num momento posterior de seu percurso teórico marcado por uma ambiguidade semelhante? O recurso a *lalangue* feito por Pêcheux também está marcado por impasses?

Em determinado ponto de sua argumentação em *A língua inatingível – o discurso na história da Linguística*, Pêcheux e Gadet (2004) fazem uma crítica à argumentação desenvolvida por Jean-Claude Milner acerca do equívoco pois, segundo os autores, Milner supostamente restringe o equívoco ao ponto de poesia. Pêcheux e Gadet afirmam, criticando Milner, que talvez a poesia não tenha um lugar determinado na língua, pois ela seria, de forma estrita, coextensiva à língua, assim como o equívoco. Os autores declaram que “talvez ‘não haja poesia’” (PÊCHEUX; GADET, 2004, p. 64). E acrescentam:

Não há poesia porque o que afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua não é localizável nela: o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em a língua atinge a história (PÊCHEUX; GADET, 2004, p. 64).

Foge do propósito desta dissertação discutir a crítica feita por Pêcheux e Gadet (2004) a Milner. O ponto que gostaríamos de destacar refere-se à afirmação de que “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica)” (PÊCHEUX; GADET, 2004, p. 64). A partir de tal afirmação, poderíamos formular a seguinte pergunta: o que estaria em jogo na afirmação segundo a qual o ponto de equívoco na língua se sustenta por sua relação com a contradição histórica? Lembrando que, na argumentação teórica desenvolvida por Pêcheux e Gadet, a contradição histórica a que eles se referem não corresponde senão à história da luta de classes, assim como pensada no Materialismo Histórico. Parece-nos que a afirmação de Pêcheux e Gadet se insere na perspectiva de que *lalangue* articula-se à contradição histórica.

Em relação a essa discussão, recorreremos novamente ao trabalho desenvolvido por Gasparini (2011). Segundo o autor,

Por um lado, há em *A língua inatingível* um reconhecimento explícito da relevância de *lalangue* para a Linguística e para uma abordagem do discurso, há o recurso explícito a um elemento proveniente da teoria psicanalítica. Por outro lado, o recurso a *lalangue* e o reconhecimento explícito do real da língua [...] podem colocar em cena, paradoxalmente, um apagamento do que *lalangue* coloca em cena de forma mais radical: o gozo que a ordem própria da língua interdita [...]. Vislumbramos na reflexão de Pêcheux e Gadet a perspectiva de que um recurso explícito a um elemento da teoria psicanalítica pode se configurar, paradoxalmente, como lugar de apagamento da radicalidade que a descoberta freudiana do inconsciente coloca em cena. (GASPARINI, 2011, p. 80)

Explorando o questionamento feito por Gasparini (2011), vale indicar que *lalangue* remete ao ponto em que o discurso produz seus efeitos referidos a um equívoco que habita a língua, podendo ser considerado como o registro em que a língua é recortada por falhas, atestadas pelo lapso, pela ambiguidade, pelo chiste. *Lalangue* é o ponto a partir do qual há língua e há inconsciente. Entretanto, é necessário considerar que se por um lado Pêcheux aponta para a falha como um elemento constitutivo do discurso, por outro lado não deixa de ser questionável que essa falha seja ainda entendida pelo autor em sua articulação com a contradição histórica. Ora, se o registro de *lalangue* aponta para o fato de que há língua e há inconsciente, em nossa reflexão, pensamos que Pêcheux incorre em certo “historicismo”, o que de certa forma deixa em segundo plano a questão do equívoco articulado ao inconsciente. E aqui, lançamos a seguinte pergunta: a indagação sobre o ponto que consagra a língua ao equívoco, tomada a partir de um “historicismo” que vê a língua novamente como uma instância determinada a partir de sua relação com a contradição histórica, não seria exatamente uma forma de remediar o furo constitutivo da linguagem?

O impossível linguístico (o real da língua), na reflexão de Pêcheux, está portanto aliado à contradição histórica como o ponto exterior que corrompe a univocidade da língua. Porém, como estamos questionando aqui, não seria essa postura uma forma de anular exatamente aquilo para o que aponta *lalangue*: o ponto em que há língua e há inconsciente? O ponto de

equivoco de uma língua que a torna não unívoca, afirma Gasparini (2011), “remete necessariamente ao registro de uma singularidade incomensurável” (GASPARINI, 2010, p. 110). Sendo assim, a perspectiva de uma relação entre real da língua e contradição histórica fica confrontada com um impasse, qual seja: articular o registro de *lalangue*, que remete a uma singularidade incomensurável, com a contradição histórica. E sobre essa singularidade incomensurável, pode-se dizer que ela não deixa de se referir ao registro do gozo que a língua interdita (cf. GASPARINI, 2011). Quanto a essa questão, Gasparini afirma que

[...] uma consideração da relevância do ponto em que há língua e há inconsciente para uma reflexão sobre o discurso aponta para a necessidade de colocar em cena o gozo impossível e “um mais-de-gozar a recuperar” (LACAN [1969-1970] 1992, p. 48) (GASPARINI, 2011. p. 119).

A nos guiarmos pelas elaborações de Gasparini (2011), elaborações amparadas na psicanálise lacaniana, o registro de *lalangue* se articula à língua na medida em que ela interdita um gozo. Postular que *lalangue* articula-se à contradição histórica não seria uma forma de apagar esse elemento teórico referente ao gozo? Por contraste, as elaborações de Slavoj Žižek sobre a fantasia colocam em primeiro plano tal elemento teórico, uma vez que a fantasia ideológica, nas elaborações de Žižek, estrutura um gozo, possibilita a obtenção de fragmentos de gozo. Acreditamos que esse é um contraste importante entre as elaborações de Pêcheux e Gadet (2004) e as elaborações de Žižek (1992, 1996a) sobre a ideologia como fantasia social.

Essa breve incursão na argumentação desenvolvida por Pêcheux e Gadet (2004) acerca de *lalangue* é relevante para nossa tentativa de traçar um contraponto entre a argumentação desenvolvida por Pêcheux sobre a ideologia no ano de 1975 e as elaborações de Žižek acerca da ideologia como fantasia social. A esse respeito, vale lembrar que na seção anterior, na qual nos debruçamos sobre a retificação escrita por Michel Pêcheux em 1978, indicamos que a despeito da aproximação com a Psicanálise e da indicação do aspecto falho da interpelação, Pêcheux continua fortemente fundamentado na perspectiva marxista da luta de classes. Acreditamos que é possível fazer um comentário similar no que se refere ao recurso feito a *lalangue* por Pêcheux e Gadet no texto *A língua inatingível – o discurso na história da Linguística*: apesar de uma aproximação com a teoria psicanalítica e da indicação de que o ponto fundamental no que se refere à língua é sua relação com o inconsciente – eis para o que

aponta o registro de *lalangue* – Pêcheux continua amplamente fundamentado na perspectiva da contradição histórica, da história como história da luta contraditória de classes.

Novamente, resta dizer que esse ponto não deixa de ter relevância para nossa pesquisa, que propôs-se a traçar um contraponto entre as elaborações de Pêcheux sobre a ideologia em 1975 e as elaborações de Žižek acerca da ideologia como fantasia social. Apesar de alterações importantes na teorização de Pêcheux após 1975, nas quais vê-se uma aproximação notável com a teoria psicanalítica, algo permanece: a referência ao materialismo histórico. Acreditamos que a referência ao materialismo histórico, que marca as elaborações de Pêcheux sobre a ideologia no ano de 1975 (e que, em nossa leitura, permanece na retificação de 1978 e na obra escrita com Gadet) é um elemento fundamental no contraponto que pretendemos traçar entre Pêcheux 75 e Slavoj Žižek.

Restaria, ademais, indicar que as considerações de Žižek podem ser vistas como formas mais radicais de se levar às últimas consequências o fato de que há um real que persiste ao final do processo de simbolização, pois não se trata de apenas referi-lo à contradição histórica, mas também ao fato incontornável de que a língua toca o inconsciente, de que a língua interdita um gozo.

Nesse capítulo, propusemo-nos a abordar as elaborações de Slavoj Žižek acerca da Análise do Discurso, assim como sua crítica às teorias da ideologia derivadas da interpelação althusseriana. Vimos que a crítica de Žižek incide sobre o fato de que Althusser ignora o aspecto falho da interpelação. Propusemo-nos, também, a trazer elementos da teorização de Michel Pêcheux posteriores a 1975, pois acreditamos que discutir tais elementos seria uma contribuição importante para o contraponto que pretendemos traçar nesta dissertação. Passaremos agora às considerações finais do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos com esse trabalho que, em 1975, Michel Pêcheux lê a ideologia como um mecanismo criador de evidências. A materialidade linguística é vista como uma base comum para processos discursivos diferenciados. Neste momento de sua teorização, Pêcheux concebe o discurso como um espaço intermediário entre a fala e a língua. O discurso, entretanto, não é tomado como uma liberdade em ato, sem condicionantes linguísticos e históricos. Pêcheux vê a língua como condição de possibilidade para os processos discursivos e o discurso como aquilo que é produzido no nível intermediário entre a fala e a língua numa conjuntura social dada. Sendo assim, não se é “livre” para escolher o que dizer, pois há todo um conjunto de posições previstas pelo discurso que o moldam a sua maneira. O discurso, portanto, como um nível intermediário entre a fala e a língua, obedece não ao regime da fala simplesmente, mas muito mais ao regime dos processos discursivos constitutivos de sentido.

Com o conceito de discurso, Pêcheux pretende contornar o que ele chama de efeito-sujeito e atingir assim o nível dos processos discursivos. Neste sentido, o conceito de discurso põe em cena não a troca de informação entre falantes, mas os efeitos de sentido gerados nos processos discursivos. O conceito de formação discursiva exerce aqui um papel essencial, pois permite pensar a ideologia como uma materialidade que tem a língua como lugar em que ocorrem os processos discursivos, uma vez que para Pêcheux a formação discursiva é o lugar no qual os processos discursivos exercem os efeitos de sentido.

Para Pêcheux, em seus trabalhos de 1975, a ideologia corresponde a um mecanismo produtor de evidências de sentido que se deixam perceber na materialidade da língua. Tais evidências relacionam-se não com a expressão de uma individualidade ou de uma consciência, mas sim com os processos discursivos que tem a língua como base. Ao interpretar a língua como base material, Pêcheux não perde de vista a crítica à língua como mero instrumento de comunicação. Nesse sentido, o que se desenha a partir da materialidade linguística não é uma individualidade pensante e dona do seu dizer, mas, sim, a instância intermediária do discurso entre a língua e a fala.

A particularidade do discurso, desta forma, difere do sistema da língua ao ser entendido não como um fundo invariante, mas como os mecanismos sócio-históricos veiculados pela linguagem. Pêcheux toma o discurso considerando-o em nível de processo e formação. Sua visada, sendo assim, não é estática, mas tenta conferir ao discurso a dinamicidade que lhe é própria. Com os conceitos de processo discursivo e formação discursiva, Pêcheux demonstra que a evidência de sentido se dá a partir das relações que as palavras mantêm entre si, articuladas em processos discursivos específicos dentro de formações discursivas dadas.

Os conceitos de formação discursiva e formação ideológica são chaves no pensamento de Pêcheux no ano de 75. Ao explorar a obra de Althusser, Pêcheux demonstra que os aparelhos ideológicos de estado não são apenas o lugar de imposição da ideologia dominante, mas o espaço onde ocorre o embate entre diversas formações discursivas. Esse embate epistemológico se organiza ao redor do que o autor chama de formações ideológicas. Sendo assim, para o filósofo francês, "seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, *todos os Aparelhos Ideológicos de Estado* contribuem *de maneira igual* para a reprodução das relações de produção e para sua transformação" (PÊCHEUX, 1988, p. 144 – itálicos do autor). Isso significa que dentro das formações ideológicas as relações de desigualdade-subordinação entre as diferentes posições discursivas dão lugar a efeitos de sentido diferenciados. Isso quer dizer que o mecanismo ideológico não é uma instância que exerce sua força de maneira homogênea e centralizada nos aparelhos ideológicos de estado, mas que sua ação obedece a relações de desigualdade/subordinação entre diferentes discursos.

Como vimos, o quadro epistemológico da Análise do Discurso tal como articulada por Pêcheux em 75 inclui o Materialismo Histórico como teoria das formações sociais, a Linguística como teoria dos mecanismos sintáticos e a Teoria do Discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Esse quadro epistemológico encontra-se atravessado por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. O interesse de Pêcheux ao pensar esse atravessamento é demonstrar que a ideologia, assim como a subjetividade tomada como evidente, exerce seus efeitos de maneira dissimulada, criando a ilusão de que o sujeito é o dono do seu dizer. Vê-se aqui a influência que o marxismo de Althusser exerceu em Pêcheux.

Slavoj Žižek, por seu turno, considera que a ideologia possui a estrutura de uma fantasia. Isso não quer dizer que a “vida não passa de um sonho”, mas que o esteio último da realidade, seu núcleo real impossível, aponta para uma dimensão fantasística básica. Neste sentido, a ideologia pode ser identificada como o não-conhecimento de uma estrutura cuja efetividade implica que os indivíduos não sabem o que fazem. A ideologia, portanto, está do lado do fazer e não do saber.

O conceito de ideologia tem um papel central da reflexão de Žižek. Para o filósofo, longe de vivermos em uma sociedade pós-ideológica, vivemos, sim, num momento em que a ideologia ainda exerce seus efeitos nas práticas dos indivíduos. Esses efeitos, entretanto, revestem-se na atualidade de um caráter cínico que procura contornar a ideologia. Para Žižek, entretanto, o cinismo continua sendo uma prática ideológica, pois desconhece a fantasia que regula sua postura, ainda que admita sua existência.

Para Žižek, essa fantasia ideológica funciona como uma resposta a uma questão sobre o desejo do Outro. Esse Outro, atravessado por um furo, por uma certa inconsistência, é a referência para a fantasia ideológica, que surge como uma tentativa de preencher o vazio deixado em aberto pela ausência de resposta à questão sobre o desejo do Outro. Por isso a fantasia ideológica não é apenas uma ilusão sobre a realidade, mas o modo fundamental de apreensão e constituição da realidade. No caso do antissemitismo abordado por Žižek, tal postura deve ser pensada como estando articulada numa fantasia que se propõe a responder a pergunta que vem do outro: “*Che Vuoi?*”. Estruturada como uma resposta ao vazio no campo do Outro, a fantasia antissemita permitiu certas práticas voltadas para o extermínio dos judeus. Sendo assim, a fantasia pode ser vista como um elemento que busca preencher certo vazio deixado em aberto pelo desejo do Outro.

Dentro dessa perspectiva, Žižek aponta duas críticas ideológicas possíveis. Primeiro uma que realiza uma leitura sintomal do texto ideológico, apontando apenas as montagens significantes veiculadas pelo discurso; e outra que busca identificar o núcleo de gozo que regula a fantasia ideológica. Esse segundo nível de crítica é o que permite perceber o gozo presente em posturas racistas como, por exemplo, o antissemitismo, em que pode-se perceber a fantasia gerando um movimento de recuperação de um gozo para sempre perdido. Seguindo o ensino

de Lacan, Žižek considera que essa dimensão da perda que estrutura um certo mais gozar existe sob a forma daquilo que Lacan chama de objeto “*a*”, isto é, o gozo que falta e sempre faltará, pois só pode existir em sua dimensão de perda, enquanto ausente. Portanto, a fantasia ideológica ao redor da figura do judeu pode ser vista como articulada com a ideia de que uma vez que tal figura seja retirada de cena, poderemos finalmente ter uma sociedade sem falhas, poderemos finalmente gozar.

A ideologia entendida como fantasia, portanto, em Žižek, é entendida como um espécie de anteparo frente ao desejo do Outro. A fantasia ideológica não constitui, entretanto, uma ilusão ou uma falsa consciência que esconde uma verdade; a fantasia ideológica é um modo de apreensão da realidade que funciona sem que o sujeito tenha consciência dela. E a falha inerente ao processo de simbolização dá lugar a fantasias que buscam preencher o buraco do real.

Se por um lado a teorização de Michel Pêcheux deixa ver uma referência ao campo do materialismo histórico, como poderíamos pensar a relação da ideologia e da linguagem a partir das indicações de Žižek a partir da ideologia como fantasia social? Que consequências poderíamos extrair daí para Análise do Discurso?

Žižek indica que existem dois tipos de identificação: uma imaginária e outra simbólica. Porém, para além desse nível, Žižek também considera o eixo da fantasia, de uma falta real. Pode-se ver aqui uma possível contribuição de Žižek para a Análise do Discurso: o fato de que para além do engodo imaginário e das montagens significantes em nível do simbólico, há real, e a fantasia ideológica é uma forma de resposta a isso. Um resposta a um vazio no Outro. O Outro, portanto, está atravessado por uma inconsistência real.

Isso para Žižek aponta para a deficiência da teoria althusseriana: a eficácia da ideologia não se dá apenas nos mecanismos de identificação simbólica e imaginária, ela ocorre primordialmente no nível de uma fantasia e daquilo que resta. E esse resto real, para Žižek, constitui o fundamento mesmo da ideologia.

Segundo Žižek, portanto, deve-se considerar também o quadro da fantasia para além da identificação simbólica e da imaginária, que aponta para um falta fundamental que se

constitui no espaço do Outro e que dá margem para um resto que insiste em se fazer ouvir ao final do processo de simbolização.

Resta destacar que a referência à língua para Pêcheux em 1975 não é senão a língua assim como pensada no campo da Linguística, que a considera como sistema regido por leis de ordem fonológica, morfológica e sintática. Para Žižek, por outro lado, deve-se considerar o fato de que a linguagem não opera senão engendrando um resto que sustenta a ideologia. Um nítido contraste pode-se então ser percebido entre as elaborações de Žižek e Pêcheux: se por um lado a língua comparece como base material em 1975, Žižek considera o fato de que a linguagem comporta certo fracasso em seu funcionamento. A linguagem, portanto, em Žižek, é falha. Eis uma outra possível contribuição para o campo da Análise do Discurso.

Sendo assim, se por um lado a linguagem em sua relação com a ideologia pode ser vista, em 1975, por Pêcheux, como base linguística, a abordagem de Žižek aponta para o fato de que a ideologia apresenta uma estrutura de fantasia advinda da falta no Real. A ideologia, portanto, é uma resposta a esse resto da operação da linguagem. Acreditamos, a esse respeito, que mais uma contribuição de Žižek para o campo da Análise do Discurso pode ser vista na concepção de linguagem que subjaz à sua teorização sobre a ideologia como fantasia. E, nessa concepção, a linguagem não deve ser pensada senão na medida em que se articula com o registro do gozo. Como vimos, a ideologia pode ser pensada, a partir de Žižek, como uma forma de promessa de gozo.

Deve-se também indicar a presença diferenciada da teoria psicanalítica na teorização de Pêcheux no ano de 1975 e nas elaborações de Žižek acerca da ideologia como fantasia social. Como vimos, em 1975 o recurso feito por Pêcheux à Psicanálise é feito com vistas a abordar a ilusão subjetiva, isto é, o fato de que o sujeito toma-se como dono do seu dizer. Por outro lado, a Psicanálise comparece na base mesmo da teorização de Žižek sobre a ideologia. Não se trata, no caso de Žižek, de um recurso à Psicanálise com vistas a esclarecer um elemento de sua teorização sobre a ideologia, mas sim de teorizar a ideologia amplamente fundamentado na Psicanálise.

Apesar desta pesquisa ter como foco a teorização de Pêcheux no ano de 1975, detivemo-nos

também em alguns elementos do percurso teórico de Pêcheux que são posteriores a 75, momento de uma aproximação de Pêcheux com a Psicanálise. Constatamos que Pêcheux, a despeito da aproximação com a Psicanálise, parece-nos ainda fundamentado na perspectiva marxista da luta de classes. Esse é um elemento importante em nossa tentativa de traçar um contraponto entre Pêcheux 75 e Žižek. A despeito de alterações importantes na teorização de Pêcheux após 1975, nas quais vê-se uma aproximação notável com a teoria psicanalítica, algo permanece: a referência ao Materialismo Histórico. Acreditamos que tal referência, que marca as elaborações de Pêcheux sobre a ideologia no ano de 1975 (e que, em nossa leitura, permanece na retificação de 1978 e em *A Língua Inatingível*) é um elemento fundamental no contraponto que estamos traçando entre Pêcheux 75 e Slavoj Žižek.

Em última instância, o contraponto que propusemo-nos a realizar nesta pesquisa aponta para um contraste importante no que se refere às referências teóricas fundamentais para ambos os autores. Se para Pêcheux/1975 as referências essenciais são provenientes da Linguística e do Materialismo Histórico, para Žižek é a teoria psicanalítica que cumpre essa função.

Esperamos, com esse estudo, contribuir para fomentar os estudos da ideologia contrapondo as concepções dos autores aqui citados, que contribuíram de forma decisiva para se pensar o mecanismo ideológico em sua relação com a linguagem.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2006.

DUNKER, C. I. L. Discurso e Ideologia In: *Re-Discutir Texto, Gênero e Discurso*. São Paulo: Parábola, 2008, v.2, p. 185-214.

FIORIN, J. L. *Ideologia e linguagem*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

GARCÍA, G. I.; SÁNCHEZ, C. G. A. Psychoanalysis and politics: the theory of ideology in Slavoj Žižek. *International Journal of Žižek Studies*, Leeds, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://Žižekstudies.org/index.php/IJZS/article/view/125/125>> Acesso em: 04 abr. 2016.

GASPARINI, E. N. *Lingua e Lalangue na Análise do Discurso de Michel Pecheux*. 2011.160f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.

GASPARINI, E. N. Um compromisso impossível? A ideologia na retificação de 1978 de Michel Pêcheux. In: LAURO, J. S. B.; LÚCIA, M. A. S. *Discurso e sujeito: trama de significantes*. São Carlos: EDUFSCar, 2014. p. 231-242.

HENRY, P. (1990) Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F. e T. HAK (orgs.) *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 13-36.

LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998

LACAN, J. *O seminário*. Livro 5. As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LACAN, J. *O Seminário*. Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LEITE, N. *Psicanálise e Análise do Discurso – o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Editora Campo Matêmico, 1994.

MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MILLER, J. A. *Percurso de Lacan – uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

MILNER, J-C. (1978) *L'amour de la langue*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.

ORLANDI, E. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 1997a.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F. e T. HAK (orgs.) *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas:

Editora da UNICAMP, 1997, p. 61-161.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988a, p. 293-304.

PÊCHEUX, M., C. HAROCHE e P. HENRY. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. In: MALDIDIER, D. *L'inquietude du discours*. Paris: Editions de Cendres, 1990, p. 133-153.

PÊCHEUX, M. e C. FUCHS. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. e T. HAK (orgs.) *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 163-253.

PÊCHEUX, M. Análise do Discurso: três épocas. In: GADET, F. e T. HAK (orgs.) *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 311-318.

PÊCHEUX, M. e F. GADET. *A língua inatingível – o discurso na história da lingüística*. Campinas: Pontes Editores, 2004.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 1997.

RABELAIS, G. W. *A devastação na relação mãe e filha como efeito do gozo feminino*. 2012, 90 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1012178_2012_pretextual.pdf> Acesso em: 01 de agos. 2016.

SAFATLE, V. Posfácio: a política do real de Slavoj Žižek. In: Žižek, S. *Bem-vindo ao deserto real: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. Trad. Antônio Chelini et al. São Paulo: Eitora Cultrix, 1974.

SILVA, R. Linguagem e ideologia: embates teóricos. *Linguagem em (Dis)curso*, Pelotas, v. 9, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v9n1/a08v9n1.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

SOUZA, O. de. Apresentação à edição brasileira. In: ŽIŽEK, S. *O mais sublime dos históricos – Hegel com Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 9 – 11.

ŽIŽEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto real: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ŽIŽEK, S. O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, S (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a, p. 7-38.

ŽIŽEK, S. Como Marx inventou o sintoma? In: ŽIŽEK, S (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996b, p. 297-331.

ŽIŽEK, S. *Eles não sabem o que fazem – o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ŽIŽEK, S. *O mais sublime dos histéricos – Hegel com Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

ŽIŽEK, Slavoj. *Interrogating the Real*. New York: Continuum, 2005.